

ALTAMIRO LACERDA DE ALMEIDA JÚNIOR

ANÁLISE DA POLÍTICA DE CIRCUITOS TURÍSTICOS NA PERCEPÇÃO DE  
AGENTES ESTRATÉGICOS: ESTUDO DE CASO NO CIRCUITO DAS ÁGUAS

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa,  
como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em  
Administração, para obtenção do  
título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2011

ALTAMIRO LACERDA DE ALMEIDA JÚNIOR

ANÁLISE DA POLÍTICA DE CIRCUITOS TURÍSTICOS NA PERCEPÇÃO DE  
AGENTES ESTRATÉGICOS: ESTUDO DE CASO NO CIRCUITO DAS  
ÁGUAS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada em, 23 maio de 2011.

---

Prof<sup>a</sup>. Suely de Fátima R. Silveira  
(co-orientadora)

---

Prof<sup>o</sup>. Magnus L. Emmendoerfer  
(co-orientador)

---

Prof<sup>o</sup> Antonio Artur  
(Membro da Banca)

---

Prof<sup>o</sup>. Afonso Augusto T.F.C. Lima  
(Orientador)

“se alguém de vós necessita de sabedoria, peça a Deus – que a todos dá liberalmente, com simplicidade e sem recriminação – e ser-lhe-á dada.” ***Tiago 1,5***

Dedico este trabalho aos meus pais Altamiro e Maria Madalena, a Raquel, as minhas irmãs e sobrinhos por que família é berço de toda a sabedoria.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por me cumular de sabedoria, pois da boca do Senhor é que procedem à ciência e a prudência (Provérbios 2,6).

Aos meus pais, por terem me ensinado através do amor e dedicação, a lutar e perseguir meus sonhos.

As minhas irmãs Mágda, Márcia e Mônica pelo exemplo de vida e carinho para comigo e com as pessoas que nos cercam.

Aos meus sobrinhos, Dayalla e Bruno pelo amor incondicional e pelos momentos de descontração que serviram de válvula de escape nessa jornada.

A Raquel, pelo apoio e incentivo a realização de meus sonhos, pelo amor, pela dedicação, pelo companheirismo, pela abdicção e pela ajuda na execução desse estudo.

À todos os meus familiares que vivenciaram essa concretização de um sonho.

Aos Diretores da ARBOR do Brasil, por permitirem a conciliação entre estudos e trabalho possibilitando assim a realização desse estudo.

Ao orientador Prof. Afonso, pela dedicação e valiosas contribuições para execução desse trabalho.

À Prof<sup>a</sup> Suely e ao Prof. Magnus, pelas importantes contribuições e reflexões como co-orientadores desse estudo.

A todos os professores e amigos da turma 2009 do mestrado - DAD/UFV. Em especial aos amigos Alisson, Antônio, Fernanda, Michele, Natalia e Randolpho os quais tive o prazer de dividir trabalhos acadêmicos. As colegas Andréia, Cássia e Larissa pelo incentivo e parceria em projetos do DAD/UFV.

Ao Prof<sup>o</sup> Antonio Artur, por contribuir com suas considerações sobre esse estudo.

À amiga e colaboradora Fernanda, pelas relevantes contribuições, pela cooperação e dedicação. Sua participação foi o fio condutor desse estudo.

À Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR pelo apoio institucional a essa pesquisa.

A todos os entrevistados representantes dos municípios, pela disponibilidade e receptividade.

## **BIOGRAFIA**

Altamiro Lacerda de Almeida Junior, filho de Altamiro Lacerda de Almeida e Maria Madalena Mazini de Almeida, nasceu no dia 04 de janeiro de 1980, em Cataguases, Minas Gerais.

Graduou-se em Administração com habilitação em Gestão Hoteleira, Turismo e Lazer pela Faculdades Integradas de Cataguases em 2006, e especializou-se em MBA em Gestão de Marketing pela UFJF em 2008.

Em março de 2009, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Administração, em nível de mestrado, nessa mesma Instituição.

Atualmente atua como Gerente Distrital na ARBOR BRASIL Indústria de Bebidas, exercendo suas atividades no estado de Minas Gerais.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>x</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>xii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xiv</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Tema e problema.....	1
1.2 Objetivos.....	3
1.3 Justificativa e relevância do tema .....	3
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>5</b>
2.1 Políticas Públicas de turismo no Brasil .....	5
2.2 Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais.....	17
2.3 Turismo .....	21
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>23</b>
3.1 Caracterização da Pesquisa .....	23
3.2 Objeto de Estudo e Unidades de Análise .....	25
3.3 Coleta e Tratamento dos dados.....	26
3.4 Instrumentos de coleta de dados .....	28
3.5 Técnicas de Análise.....	29
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>33</b>
4.1 Histórico da Atividade .....	33
4.1.1 Auge da Atividade.....	35
4.1.2 Declínio da Atividade .....	37
4.1.3 Integração a Associação Regional do Circuito das Águas - ARCA .....	38
4.2 Motivações para associação dos municípios a ARCA .....	40
4.2.1 Proximidade geográfica e semelhanças ambientais (na percepção dos representantes dos municípios).....	41
4.2.2 Proximidade geográfica e semelhanças ambientais (na percepção do representante da SETUR) .....	42

4.2.3 Aumento da permanência do turista na região (na percepção dos representantes dos municípios).....	43
4.2.4 Aumento da permanência do turista na região (na percepção do representante da SETUR) .....	45
4.2.5 Benefícios da Política (na percepção dos representantes dos municípios) .....	45
4.3 Análise da implementação da política no circuito das águas.....	48
4.3.1 Vantagens para o município .....	48
4.3.1.1 Acesso a política e repasse de recursos (na percepção dos representantes dos municípios) .....	49
4.3.1.2 Acesso a política e repasse de recursos (na percepção do representante da SETUR) .....	51
4.3.1.3 Promoção e divulgação (na percepção dos representantes dos municípios) .....	53
4.3.1.4 Integração da região e aumento da permanência do turista (na percepção dos representantes dos municípios) .....	54
4.3.2 Ações realizadas para o Circuito .....	57
4.3.2.1 Capacitação, sensibilização e mobilização (na percepção dos representantes dos municípios) .....	58
4.3.2.2 Capacitação, sensibilização e mobilização (na percepção do representante da SETUR) .....	60
4.3.2.3 Projetos APL das Águas (na percepção dos representantes dos municípios) .....	61
4.3.2.4 Projetos APL das Águas (na percepção do representante da SETUR) .....	62
4.3.2.5 Promoção e divulgação .....	64
4.3.2.6 Sinalização Turística .....	65
4.3.3 Mudanças nos municípios .....	66
4.3.3.1 Conscientização .....	67
4.3.3.2 Promoção e divulgação .....	70
4.3.3.3 Sinalização Turística .....	71
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>75</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE 1: Roteiro de entrevistas com os representantes dos municípios..</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE 2: Roteiro de entrevista com o representante da SETUR.....</b>	<b>95</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DAS CIDADES INTEGRANTES DA A ASSOCIAÇÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS.....	5
FIGURA 2 - SISTEMATIZAÇÃO DO ESTUDO PROPOSTO.....	33

## LISTA DE QUADROS

QUADROS 1 – PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A TEORIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	6
QUADROS 2 – TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	7
QUADROS 3 – PERFIL DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CIRCUITO DAS ÁGUAS .....	305
QUADROS 4 – CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA .....	27
QUADROS 5 – CATEGORIAS, SUBCATEGORIAS E INDICADORES DE ANÁLISE .....	30
QUADROS 6 – CATEGORIA – HISTÓRICO DA ATIVIDADE.....	34
QUADROS 7 – CATEGORIA – MOTIVAÇÕES PARA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS A ARCA .....	40
QUADROS 8 - SUBCATEGORIA – AUMENTO DA PERMANÊNCIA DO TURISTA NA REGIÃO.....	444
QUADROS 9 – SUBCATEGORIA - BENEFÍCIOS DA POLÍTICA.....	46
QUADROS 10 – CATEGORIA - ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NO CIRCUITO DAS ÁGUAS .....	48
QUADROS 11 – SUBCATEGORIA - VANTAGENS PARA O MUNICÍPIO .....	49
QUADROS 12 - VANTAGENS PARA O MUNICÍPIO - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO .....	53
QUADROS 13 - VANTAGENS PARA O MUNICÍPIO - INTEGRAÇÃO DA REGIÃO E AUMENTO DA PERMANÊNCIA DO TURISTA.....	55
QUADROS 14 – SUBCATEGORIA - AÇÕES REALIZADAS PARA O CIRCUITO ..	58
QUADROS 15 - AÇÕES REALIZADAS PARA O CIRCUITO - PROJETO APL DAS ÁGUAS.....	61
QUADROS 16 - AÇÕES REALIZADAS PARA O CIRCUITO - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO .....	65
QUADROS 17 – SUBCATEGORIA - MUDANÇAS NOS MUNICÍPIOS .....	67
QUADROS 18 - MUDANÇAS NOS MUNICÍPIOS - CONSCIENTIZAÇÃO .....	67
QUADROS 19 - MUDANÇAS NOS MUNICÍPIOS – PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO .....	71
QUADROS 20 – SÍNTESE DA ANÁLISE .....	714

## **LISTA DE SIGLAS**

ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagem

ADETUR/MG - Agência de Desenvolvimento Turístico de Minas Gerais

APL - Arranjo produtivo local

ARCA – Associação Regional do Circuito das Águas

CETUR - Conselho Estadual de Turismo

CNTur – Conselho Nacional de Turismo

CULTUR - Departamento de Cultura e Turismo – Carmo de Minas

DECELT – Departamento de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo - Heliódora

DER/ MG – Departamento de Estrada e Rodagem de Minas Gerais

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FASTUR - Fundo de Assistência ao Turismo

FECITUR - Federação de Circuitos Turísticos do Estado de Minas Gerais

HIDROMINAS– Águas Minerais do Estado de Minas Gerais S/A

MG – Minas Gerais

MTur - Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PLANITUR - Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo

PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico

PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT - Programa Nacional de

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

PROMINAS - Companhia Mineira de Promoção

PROMITUR – Programa Mineiro de Turismo

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SELT - Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SERVITUR - Serviço Autônomo de Turismo de São Lourenço

SETUR - MG – Secretária de Estado de Minas Gerais

SUT - Superintendência de Turismo

TURMINAS - Empresa Mineira de Turismo

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

## RESUMO

ALMEIDA JÚNIOR, Altamiro Lacerda de, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, maio de 2011, **Análise da Política de Circuitos Turísticos na percepção de agentes estratégicos: estudo de caso no Circuito das Águas**. Orientador: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho. Co-orientadores: Magnus Luiz Emmendoerfer e Suely de Fátima Ramos Silveira

O presente estudo apresenta a percepção de agentes estratégicos sobre a Política de Circuitos Turísticos e seus principais desdobramentos nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas. Essa pesquisa foi classificada como um estudo de caso, do tipo descritivo. Para sua realização foram utilizados os seguintes meios de investigação: pesquisa bibliográfica e documental e levantamento. O objeto de estudo é a Política de Circuitos Turísticos implementada nas cidades pertencentes ao Circuito das Águas, as unidades de análise são os dez municípios integrantes da associação do Circuito e a SETUR. A coleta dos dados partiu de documentos, publicações e de entrevistas semi-estruturadas realizadas com um representante de cada município e com um representante da SETUR. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo. O conteúdo das análises revela o histórico da atividade turística na região do Circuito das Águas, as motivações para a integração dos municípios na Associação Regional do Circuito das Águas - ARCA e uma análise da implementação da Política de Circuitos no Circuito das Águas. O histórico da atividade revelou três momentos distintos da atividade turística nas cidades pertencentes ao Circuito. O auge do turismo que ocorreu no início do século XX devido às práticas termiais, aliadas a prática dos cassinos. O declínio da atividade, devido a proibição dos jogos de azar no Brasil e o fim dos tratamentos medicinais com práticas termiais. E o momento da integração dos municípios a ARCA, fato que trouxe novas possibilidades para a atividade turística na região. O estudo também apresenta as motivações que levaram os municípios a se integrarem ao Circuito dentre as quais se destacam os benefícios provenientes da política. A análise da implementação proposta nesse estudo revela as vantagens de se participar do Circuito, as ações realizadas pela SETUR para o Circuito das Águas e as mudanças ocorridas nos municípios pertencentes a ARCA. As principais vantagens apontadas foram o acesso a política e o repasse de

recursos, a promoção e divulgação dos municípios e a integração da região favorecendo o aumento da permanência do turista. Entre as ações realizadas pela SETUR estão à capacitação, a sensibilização e a mobilização dos envolvidos com a atividade turística, o projeto APL das Águas e a promoção e divulgação dos municípios. Essas ações culminaram com a maior conscientização do setor privado, a maior promoção e divulgação dos municípios, fato que possibilitou a inserção de algumas cidades em roteiros turísticos e a implantação da sinalização turística da região. Acredita-se que esse estudo contribua com o avanço na literatura sobre políticas públicas e turismo, pois o estudo proporciona o resgate da história do desenvolvimento turístico da região do Circuito das Águas. Da mesma forma esse estudo possibilita a partir de seus desdobramentos uma visão sobre o desenvolvimento político, econômico e social com vistas na integração dos municípios a uma associação para o desenvolvimento da atividade turística, além de proporcionar um *feedback* sobre as ações da Política de Circuitos Turísticos na percepção de agentes estratégicos permitindo ao Governo subsídios para decisões sobre a Política de Turismo de Minas Gerais.

## ABSTRACT

ALMEIDA JÚNIOR, Altamiro Lacerda de, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, May, 2011. **Analysis of tourist circuits policy in the perception of strategic agents: a case study in Circuito das Águas.** Adviser: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho. Co-Advisers: Magnus Luiz Emmendoerfer and Suely de Fátima Ramos Silveira.

This study presents the perception of strategic agents on the Tourist Circuits Policy and key developments in the municipalities belonging to the Water Circuit. This research was classified as a case study, the descriptive type. For its realization we used the following methods of research: literature and documentary research and survey. The object of study is the tourist circuits policy implemented in the cities belonging to the Water Circuit, the units of analysis are the ten municipalities members of the association of the Circuit and SETUR. The data gathering came from documents, publications and semi-structured interviews with a representative from each municipality and a representative of SETUR. Data analysis was performed using the technique of content analysis. The content analysis reveals the history of the tourist activity in the region of the Water Circuit, the motivations for the integration of municipalities in the Regional Association of Water Circuit - ARCA and a review of the implementation of the Circuits Policy on the Water Circuit . The history of the activity revealed three distinct stages of tourism in the cities belonging to the Circuit . The boom in tourism that occurred in the early twentieth century due to thermal practices, coupled with the practice of the casinos. The decline in activity, due to the prohibition of gambling in Brazil and the end of drug treatments with thermal practices. And the moment of integration of the municipalities to the ARCA , a fact that has brought new opportunities for tourism in the region. The study also presents the motivations that led municipalities to integrate the Circuit among which stand out from the benefits of the policy. The analysis of the proposed implementation in this study reveals the benefits of being part of the Circuit, the actions taken by SETUR to the Water Circuit and changes in the municipalities belonging to ARCA. The main advantages identified were access policy and the allocation of resources, promotion and dissemination of municipalities and regional integration favoring an increase on the permanence of tourists. Among the actions taken by the SETUR are capacity building, sensitization and mobilization of those involved with tourist activity, the

project APL of Waters and the promotion and dissemination of municipalities. These actions resulted in greater awareness of the private sector, the greater promotion and dissemination of the municipalities, a fact which allowed the inclusion of some cities in tourist routes and implementation of tourist signs in the region. It is believed that this study will contribute with the advancement in the literature about public policy and tourism, because the study provides the recovery of the history of tourism development in the region of the Water Circuit. In the same manner this study provides from its developments an overview on the political, economic and social development with a view on the integration to an association of municipalities for the development of the tourist activity, and provide feedback about the actions of the Circuits Policy on the Water Circuit on the perception of strategic agents allowing the government subsidies for decisions on the Tourism Policy of Minas Gerais.

## **1. Introdução**

### **1.1 Tema e problema**

As políticas públicas constituem-se como um conjunto de decisões do governo sobre ações destinadas a manter ou modificar a realidade de uma população (SARAVIA, 2006). As políticas públicas devem ir ao encontro dos anseios da sociedade, pois elas repercutem na economia, na cultura e na vida social de uma comunidade. O processo de formulação e implementação de uma política pública deve conter aspectos que unam os interesses da sociedade e do governo.

As políticas públicas relacionadas à atividade turística são consideradas um forte veículo para o desenvolvimento social e econômico (Wilke, 2006). Essas políticas devem regulamentar a atividade e proporcionar o máximo de benefícios, reduzindo os impactos negativos oriundos do turismo. Segundo Iganarra (2003) a atividade turística envolve diversos setores da sociedade. Revelando assim a importância de se estabelecer relações entre agentes públicos, agentes privados e sociedade civil para a construção de um planejamento sustentável para a atividade turística.

De acordo com Emmendoerfer (2008) o controle da atividade turística está a cargo do Estado, e este deve garantir e assegurar que os benefícios auferidos pelo turismo se estendam por toda a sociedade, nesse sentido torna-se importante para o Estado estabelecer políticas de turismo que envolvam diversos seguimentos da sociedade. Essas políticas devem fomentar ações que beneficiem aspectos econômicos, socioculturais e ambientais.

Verifica-se nas últimas décadas que as Políticas de Turismo, passaram por uma evolução assim como a atividade turística. Nota-se que no início do século XX as ações em nível nacional eram mais pontuais e não existia uma política própria para o setor. De acordo com Carvalho (2009) a atividade turística ganha notoriedade com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a União, os Estados e Municípios tornam-se responsáveis pelo desenvolvimento da atividade. Ao longo da década de 90 muito se discutiu e

implementou sobre a atividade turística formando alicerces para a atual Política de Regionalização do Governo Federal.

A Política de Regionalização do Governo Federal caracteriza-se pela descentralização e o engajamento de diversos setores da sociedade em prol do desenvolvimento da atividade turística. Diante desse cenário proposto pelo Ministério do Turismo - MTur e seguindo as tendências mundiais para o desenvolvimento da atividade turística o Governo de Minas estabeleceu o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI, no qual propõe a Política de Circuitos Turísticos. Essa Política, assim como o Programa de Regionalização do MTur, visa promover a desconcentração do fluxo turístico através da inclusão de novos destinos e busca o engajamento da população no planejamento e desenvolvimento do turismo local.

A Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais prevê a criação de instâncias de governança local, formadas a partir de associações de municípios da mesma região com afinidades econômicas, sociais e culturais. As associações devem ser compostas de integrantes do poder público local, da iniciativa privada e da sociedade civil. De acordo com Emmendoerfer (2008) o Governo Estadual atua como parceiro e facilitador da criação dos Circuitos, a iniciativa privada e a sociedade civil comparecem como implementadores e financiadores da Política.

A Política de Circuitos Turísticos é relativamente nova, por essa razão conforme relata Silva (2011), seus resultados ainda não foram oficialmente avaliados. Uma avaliação de políticas públicas tem por finalidade subsidiar informações pertinentes ao planejamento e execução de programas. Essas informações podem proporcionar aos gestores subsídios para a reformulação e ajustes de programas, assim como a decisão sobre a manutenção ou interrupção da política.

Em vista da importância do setor turístico e da Política de Circuitos Turísticos, esse trabalho propõe responder à seguinte questão:

## **Quais os principais desdobramentos da Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais a partir da percepção de agentes estratégicos nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas?**

### **1.2 Objetivos:**

Buscando responder à questão apresentada, esse estudo tem como objetivo geral analisar os principais desdobramentos da Política de Circuitos Turísticos a partir da percepção de agentes estratégicos nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas.

Buscando a melhor compreensão do objetivo geral proposto nesse estudo tem-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever como era desenvolvida a atividade turística nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas antes da implementação da Política de Circuitos Turísticos;
- Descrever o processo de criação do Circuito das Águas;
- Identificar e descrever as motivações para a integração do município ao Circuito das Águas.
- Identificar e descrever as vantagens e desvantagens para os municípios em fazer parte do Circuito das Águas;
- Identificar e descrever as ações relacionadas à Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais, realizadas nos Municípios pertencentes ao Circuito das Águas;
- Analisar as principais mudanças ocorridas nos municípios a partir da implementação da política de Circuitos Turísticos.

### **1.3 Justificativa e relevância do tema**

O estudo proporciona uma compreensão sobre a formação de um Circuito Turístico importante para o cenário da atividade em Minas Gerais. Nesse sentido a pesquisa revela um histórico sobre a atividade turística nas cidades pertencentes ao Circuito das Águas e relaciona as motivações para a

formação da Associação do Circuito – ARCA, contribuindo dessa forma para ajudar a orientar novas iniciativas do gênero.

A relevância do estudo também se caracteriza pelo fato de serem captadas e analisadas as percepções dos representantes dos municípios associados a um Circuito, fato pouco comum em estudos anteriores.

Nesse sentido este trabalho procura revelar os desdobramentos políticos, econômicos e sociais nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas no período pós associação dos municípios ao Circuito. Além dessa contribuição a análise da percepção dos agentes estratégicos representantes dos municípios pertencentes ao Circuito das Águas e do representante da SETUR - MG serve como base para uma reflexão sobre a gestão do turismo no Estado à luz da Política de Circuitos, considerando erros e acertos.

Acredita-se também que o estudo traga contribuições para a literatura pois existe um resgate sobre a história da política de turismo na região do Circuito das Águas e um avanço na literatura sobre avaliação de políticas públicas.

A Figura 1 apresenta o mapa das cidades integrantes do Circuito das Águas Baependi, Cambuquira, Campanha, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Heliodora, Lambari, São Lourenço e Soledade de Minas.

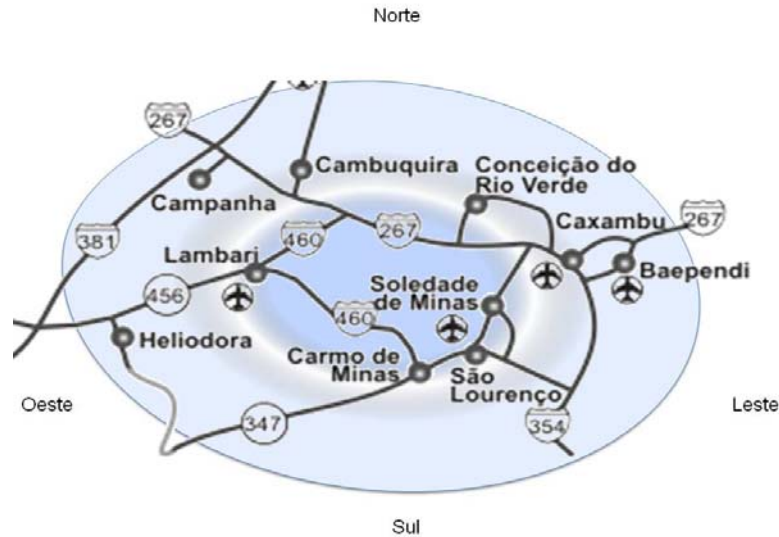


Figura 1: Mapa Circuito das Águas

Fonte: Elaborado pelo autor

## 2. Referencial teórico

O referencial teórico é composto por dois temas centrais que se somam para subsidiar as análises desse trabalho. No primeiro momento utilizou-se da literatura sobre Políticas Públicas de Turismo no Brasil onde introduziu-se os conceitos e histórico da atividade turística no Brasil. No segundo momento apresenta-se um histórico sobre as Políticas Públicas de turismo em Minas Gerais preparando o cenário para a discussão dos dados obtidos nesse estudo. No terceiro momento apresenta-se os conceitos sobre turismo de forma a complementar todo o referencial que embasou as análises.

### 2.1 Políticas Públicas de Turismo no Brasil

A literatura sobre políticas públicas apresenta diversas abordagens sobre o termo. Nesse sentido percebe-se que embora existam diversas diferenças nas definições os diferentes autores apresentam um consenso sobre o papel do Estado na elaboração, implementação e avaliação das Políticas Públicas.

Para Rua (1998) uma política pública é composta geralmente por diversas decisões políticas. Essas decisões aparecem como respostas às demandas da sociedade ou mesmo como resposta a um anseio da administração pública. Para Azevedo (2003) a política pública é tudo o que o governo faz ou deixa de fazer. Saravia (2006) define política pública como um conjunto de decisões do governo sobre ações destinadas a manter ou modificar a realidade de uma população. Fernandes (2007) apresenta o termo como o processo de produção de bens e serviços por parte do Estado em prol do bem estar da população.

Nesse sentido Souza (2006) apresenta as políticas públicas como um campo de conhecimento sobre a ação do governo e sobre a análise dessas ações. Para a autora diversos autores contribuíram para a teorização dos estudos sobre políticas públicas. Essas contribuições estão expostas no Quadro 1.

**Quadro 1: Principais contribuições sobre a teorização em políticas públicas**

Autores	Principais contribuições
Laswell (1936)	Apresentou o termo <i>policy analysi</i> (análise de política pública) como forma de alinhar o conhecimento científico com o conhecimento do governo.
Simon (1957)	Introduziu o termo <i>policy maker</i> (racionalidade limitada dos decisores públicos) onde argumentava sobre conjunto de regras e incentivo estabelecidos para o alcance dos resultados, sempre levando em consideração a maximização dos interesses.
Lindblon (1959; 1979)	Propôs a agregação de outras variáveis tais como o poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, à formulação e análise de políticas públicas.
Easton (1965)	Definiu política pública como um sistema onde a formulação, o resultado e o ambiente estão em constante relação.

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Souza (2006)

Diante de tais contribuições percebe-se que as políticas públicas constituem um campo de ação governamental onde o Estado tem por finalidade fazer uma ação específica para atingir determinado objetivo (VILLANUEVA, 2006). Sendo assim o estudo sobre políticas públicas fornece subsídios para a compreensão das causas e conseqüências das decisões políticas da interação do Estado e a sociedade. Nesse sentido verifica-se que Souza (2006) aponta que outros segmentos tais como grupos de interesse, movimentos sociais precisam estar alinhados com o governo em prol da formulação de políticas que atendam os interesses coletivos.

De acordo com Martins (2008) é necessário uma análise criteriosa das instituições, de suas inter-relações, do processo político e do conteúdo da política para se iniciar o processo de formulação e implementação de uma política pública. De acordo com Freitas (2008) a formulação de políticas públicas na maioria das vezes está sob a responsabilidade da esfera administrativa do governo.

Souza (2006), Freitas (2008) e Frey (2000) apresentam uma tipologia que constituem-se modelos explicativos de formulação e análise de políticas públicas. Esses modelos estão relacionados no Quadro 2.

Quadro 2: Tipologia de políticas públicas

Tipologia	Definições e Aplicações
Políticas Distributivas	São Políticas que buscam privilegiar alguns grupos sociais ou regiões aparentemente sem custos para outros grupos. Essas políticas possuem objetivos setoriais e são financiadas por meio de orçamento público.
Políticas Regulatórias	Envolvem uma burocracia, grupos políticos e grupos de interesse. São Políticas geralmente impostas através de ordens, proibições, decretos e portarias, elas determinam previamente os custos e benefícios da implementação da política. Essas Políticas tem por objetivo regular determinado setor e são instrumentos de normatização a aplicação de políticas distributivas e redistributivas

Políticas Redistributivas	Atingem o maior número de pessoas, são Políticas que buscam redistribuir recursos financeiros ou direitos entre as camadas sociais. Essas políticas tem por objetivo redistribuir a renda através de serviços públicos ou recursos financeiros.
Políticas Constitutivas	Também chamadas de políticas estruturadoras elas constituem-se de políticas com processos estruturadores que determinam o que será feito, como regras. Essas políticas estabelecem as condições gerais para a implementação das políticas redistributivas e regulatórias.

Fonte elaborado pelo autor, baseado em Frey (2000), Souza (2006) e Freitas (2008)

Souza (2006) através desses modelos de formulação de políticas públicas procura explicar melhor o por que da intervenção do Estado em menor ou maior grau dependendo da caracterização da política. Para Martins (2008), essa classificação proposta por Frey (2000), apresenta as políticas de acordo com os interesses dos atores políticos. Nesse sentido Freitas (2008) relata que o Estado pode promover ações que busquem investimentos do setor privado nas políticas públicas.

A formulação de políticas públicas deve ir ao encontro dos interesses da sociedade e sua legitimidade deve partir de um processo legislativo democrático ou de conhecimentos técnicos a respeito de problemas sociais. Nesse sentido o ciclo de políticas publica aparece como um processo dinâmico, onde segundo Souza (2006) a política pública é constituída através de alguns estágios como a definição de uma agenda, a indicação de alternativas, a avaliação das opções, a seleção das opções, a implementação e a avaliação dessa política.

A definição da agenda pode ser definida como um período onde se relacionam os problemas e assuntos que deveram compor a lista de ações do governo. Nessa fase segundo Frey (2000) deve-se definir o que será feito, qual o custo beneficio das opções disponíveis e se essa ação será validada pelos

pares políticos. Para Saravia (2006) um problema passa a ser integrado a agenda quando existe a necessidade da intervenção do Estado para solucioná-lo.

A fase de elaboração ou formulação de uma política envolve a escolha entre diversas alternativas de ação. Para Saravia (2006) nessa fase se inclui a seleção da alternativa mais apropriada, assim como são estabelecidos os objetivos, e as questões jurídicas, administrativas e financeiras. De acordo com Rua (1997) é nessa fase que os atores buscam decidir a melhor opção para o problema político, sendo assim é nessa fase que se estabelecem os conflitos de interesses.

A implementação é a fase em que se colocam em prática a política formulada na fase anterior. Para Frey (2000) nem sempre o que foi planejado se torna um resultado. A implementação constitui-se do planejamento e organização de todos os aparatos e pessoal para a execução da política. Essa fase inicia-se logo após a formulação e termina com o alcance dos objetivos propostos. Rua (1997) a implementação reúne grupos ou indivíduos com objetivos de tirar a política do papel e transformá-la em ação.

A fase de avaliação assumiu grande relevância no ciclo de Políticas Públicas nos últimos anos. O grande impulso para o crescente interesse por estas avaliações ocorreu na década de 1990 com a modernização e a implementação da Administração Pública Gerencial. Este interesse acontece devido às avaliações permitirem ao gestor informações sobre a efetividade, à eficiência, o accountability e o desempenho da gestão (CUNHA, 2006).

A avaliação de programas ou políticas tem por finalidade subsidiar informações pertinentes ao planejamento e à formulação de políticas. A partir do acompanhamento da implementação, a avaliação pode fornecer informações para reformulações e ajustes dos programas, assim como fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre sua manutenção ou interrupção.

As avaliações possuem o caráter de mensuração objetiva dos resultados quando observados os dados quantitativos referentes a um programa ou uma política. Contudo, às avaliações também podem oferecer informações qualitativas, onde se pode constituir um julgamento de valor das intervenções governamentais.

#### A Avaliação de Políticas Públicas para Costa e Castanhar (2003)

“consiste no exame sistemático e objetivo de um programa ou projeto, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos” (COSTA E CASTANHAR, 2003).

Para Saravia (2006), a avaliação consiste na mensuração e análise, dos efeitos produzidos por uma política em uma sociedade, essa avaliação deve tratar os efeitos previstos e não previstos pela política. Para Theodoulou (1995) a avaliação é um processo que deve estar presente em diferentes fases de uma política, não apenas após a implementação.

Nesse sentido avaliação passa a ter então, um papel importante como forma de oferecer subsídios para a melhoria do processo de tomada de decisão, assim como a melhor alocação de recursos (COHEN e FRANCO, 2007). Através de uma avaliação se obtém informações, dados e fatos que, segundo Feuerstein (1990), permitem conhecer com mais clareza a política em questão de forma a direcionar as ações para alcançarmos os objetivos propostos.

Para Silva (1999), um dos motivos para a realização de avaliações seria a preocupação com a efetividade das políticas, a qual proporcionaria uma aferição dos resultados esperados e não-esperados, alcançados pela implementação dos programas. Ainda segundo o mesmo autor, outro motivo seria o de entender o processo pelo qual os programas alcançaram ou não esses resultados, analisando a dinâmica da intervenção estatal e os problemas concretos advindos da implementação.

Segundo Cunha (2006), o aumento da pressão por maior eficiência nos gastos do governo após a crise fiscal brasileira, os problemas de finanças

públicas, as reivindicações sociais potencializadas pela crise econômica, o aprofundamento da democracia e a desestruturação da função de planejamento são os outros motivos pelo qual o governo intensificou o uso das avaliações de programas e políticas.

Para Cohen e Franco (2004) existem duas classificações quanto ao tempo em que é realizada as avaliações. As avaliações realizadas no início do programa ou mesmo antes da formulação do mesmo são denominadas avaliações *ex-ante* esse tipo de avaliação pode ser considerada um diagnóstico e serve como suporte para a tomada de decisão entre implementar ou não o programa. Já as avaliações realizadas no término da implementação do programa são consideradas avaliações *ex-post* esse tipo de avaliação tem por objetivo medir os resultados alcançados pelo programa.

Figueiredo e Figueiredo (1986) assim como Cohen e Franco (2004) apresentam a pesquisa em avaliação como duas classificações básicas, sendo elas: avaliação de processos e avaliação de impactos.

As avaliações de processo também chamadas de avaliações formativas segundo os autores supracitados tem por objetivo verificar a eficácia do programa, verificar se a implementação está de acordo com o planejado e se estão sendo cumpridas as metas pré-estabelecidas. Seu principal objetivo é oferecer subsídios para os gestores. Essas avaliações são realizadas durante a implementação do programa e seu foco reside na eficiência em que o programa é conduzido. Para Figueiredo e Figueiredo (1986) a importância dessas avaliações está no fato de que é impossível antever problemas de implementação, essas análises podem servir como monitoramento dos processos responsáveis pela obtenção do resultado. Esta avaliação assemelha-se e pode ser considerada a um tipo de monitoramento (MONTEIRO, 2002).

A avaliação de impacto ou resultados, para Costa e Castanhar (2003) busca identificar os efeitos produzidos por um programa. Esse tipo de avaliação também pode ser chamadas de avaliações somativas e visam responder ao final do programa ou política se ocorreram ou não os resultados

esperados. Estas avaliações são realizadas após a implementação do programa e têm por objetivo responder se o programa funcionou ou não, verificar em que medida alcançou os objetivos, quais são seus efeitos e seu foco está em verificar a eficácia do programa (MONTEIRO, 2002).

Cotta (1998) estabelece uma diferenciação entre avaliação de resultados e de avaliação de impactos, segundo a qual a diferença está no escopo da análise, como se observa a seguir: se o objetivo for verificar os efeitos de uma intervenção sobre a clientela atendida, trata-se de uma avaliação de resultados; se a intenção for observar os reflexos desta mesma intervenção em um contexto mais amplo, trata-se de uma avaliação de impactos.

Segundo Monteiro (2002), a análise de resultados ou de impactos, busca conhecer às conseqüências previstas e não previstas ocasionadas pela implementação de um programa. Segundo o autor, o foco destas avaliações retira do avaliador os limites conferidos por uma avaliação de processos, garantindo uma investigação mais ampla em que se retrata a realidade social aferida após a implementação do programa. Este tipo de avaliação prioriza o discurso social em detrimento ao discurso técnico-administrativo (MONTEIRO, 2002).

O interesse por estas avaliações segundo Frey (2000), está em verificar se os resultados e impactos reais alcançados após a implementação dos programas correspondem aos impactos projetados. Para Silva e Melo (2000), existem problemas que podem ocorrer na fase de implementação de um programa que não foram considerados em sua formulação. Estes problemas podem prejudicar ou transformar os resultados esperados, comprometendo o sucesso da política.

Segundo Faria (2003), uma gama de diversidades e intensidades de fatores podem influenciar os resultados aferidos em uma avaliação, tornando-se relevante observar alguns critérios e classificações que pautam os estudos sobre avaliação de Políticas Públicas.

Nesse sentido Faria (2003), utilizando-se da classificação de Wessis (1998), distingue pelo menos quatro tipos de uso da avaliação de programas, sendo eles: o uso Instrumental, onde os resultados podem contribuir para a melhoria na tomada de decisão, desde que exista uma qualidade pré determinada na avaliação e que aconteça uma divulgação adequada de seus resultados; o segundo tipo de uso é o Conceitual, onde geralmente a avaliação é implementada pelos técnicos participantes do programa, e os resultados encontrados nesta avaliação podem contribuir imediatamente para mudanças nos programas; o uso da avaliação como Instrumento de Persuasão, tem por finalidade apoiar a posição dos gestores, quanto à continuidade ou mudança na implantação da política; e por fim existe o uso das avaliações para o Esclarecimento, o qual estabelece que o acúmulo de conhecimentos oriundo de diversas avaliações, eles podem pautar uma agenda governamental.

Cohen e Franco (2004) apresentam uma classificação para as avaliações de programas vislumbrando a ação dos agentes executores. Desta forma, classifica-se as avaliações na perspectiva dos agentes executores como: avaliação Externa, realizada por agentes que não fazem parte do programa; avaliação Interna, conduzida por agentes, técnicos e pessoas que participam do programa; avaliação mista, na qual forma-se um conjunto de avaliadores com membros internos e externos ao programa e por fim; avaliação participativa, prevê a participação de avaliadores internos, externos e beneficiários do programa (COHEN E FRANCO, 2004).

As políticas públicas repercutem na economia, na cultura e na vida social de uma comunidade. As políticas públicas relacionadas com o turismo, segundo Wilke (2006), constituem um forte veículo para o desenvolvimento social e econômico, funcionando como uma oportunidade de investimentos do setor privado e dos governos. As políticas são influenciadas por características culturais, sociais e econômicas, assim como pelo ambiente político, valores e ideologias e estruturas de relacionamentos institucionais. Elas refletem as tendências e preocupações do momento de sua elaboração (HALL, 2001). No entanto, devem garantir um equilíbrio entre os interesses da coletividade.

O termo políticas de turismo pode ser entendido como a escolha entre alternativas que atendam melhor a uma estratégia de alocação de recursos e custos de operação (SOLHA, 2004). Tal política deve conter um conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressem os caminhos para atingir os objetivos globais do turismo (BENI, 2001). De acordo com Cruz (2006), a política pública deve ser um documento que reúna o pensamento do governo em relação à organização do setor turístico em determinada região.

Para Moutinho e Witt (1989), políticas de turismo são linhas, guias específicas para o dia-a-dia do gerenciamento do turismo. De fato diversos autores argumentam que as políticas de turismo proporcionam a organização e o planejamento da atividade turística. Goeldner, Ritchie e McIntosh observam que além de regulamentar a atividade o propósito das políticas de turismo, é propiciar máximos benefícios e reduzir os impactos negativos.

O desenvolvimento da atividade turística pode ocasionar resultados positivos e ou negativos em uma comunidade. De acordo com Ruschmann (1997) o desenvolvimento da atividade turística pode provocar uma gama de modificações nas localidades receptoras, as quais conforme salientado por Sancho et. al. (2005), são apresentadas como impactos ou resultados do turismo.

Nesse sentido é importante observar que o turismo é um fenômeno complexo que envolve atividade de diversos setores da sociedade tais como: agentes privados e agentes públicos (IGNARRA, 2003). De acordo com Dias (2003), o planejamento da atividade turística deve ser baseado na relação entre o setor público, o setor privado e a sociedade. Para Emmendoerfer (2008) o governo deve proporcionar a criação instrumentos políticos como uma legislação mais clara, voltada para a participação popular e uma ação mais eficiente do governo. Para o autor o governo, mesmo diante de políticas de descentralização, deve manter o controle da atividade, pois ele é o principal responsável por assegurar os benefícios auferidos pela atividade (EMMENDOERFER, 2008).

O contexto das políticas públicas no Brasil originou-se na década de trinta, através da criação da Divisão de Turismo, órgão integrante do Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Federal (FJP, 2009). Segundo Emmendoerfer (2009), essa Divisão de Turismo, pode ser considerado o primeiro órgão oficial de turismo da administração pública federal. Cruz (2000) apresenta esta fase inicial da política de turismo como o período pré-histórico da política nacional de turismo. Esse período compreende os anos de 1938 a 1958 onde segundo a FJP (2009), os esforços eram mais pontuais, voltados para aspectos específicos da atividade, não existindo uma política nacional para o turismo.

Segundo Becker (1998), a partir da década de 50 a integração nacional, combinada com o crescente mercado de automóveis de passeio e a construção de estradas possibilitaram o avanço da atividade turística. Para Emmendoerfer (2009), a definição de uma estrutura institucional especializada e voltada para a atividade turística ocorreu em 1966, com a criação do Sistema Nacional de Turismo, órgão composto pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR e pelo Conselho Nacional de Turismo – CNTur.

Nesse momento inicia-se a segunda etapa da política de turismo brasileira (FJP, 2009). Contudo de acordo com Angeli (1991), somente em 1977 foi publicado um documento contendo a Política Nacional de Turismo, fato que permitiu a criação dos órgãos estaduais e municipais de turismo, os quais seguiam as diretrizes do órgão federal que centralizava a formulação e coordenação das políticas de turismo. Para a FJP (2009), entre a década de setenta até meados da década de oitenta, foram observados avanços institucionais no tocante a atividade turística, entretanto não foi detectado nenhum resultado de desenvolvimento da atividade atribuído a política nacional.

A terceira fase da política de turismo brasileira (FJP, 2009) iniciou-se com a promulgação da Constituição Federal em 1988, onde o turismo passa a configurar como fator de desenvolvimento econômico e social (CARVALHO, 2009). De acordo o artigo 180 da Constituição Federal, a União, os Estados e

Municípios passam a ter responsabilidade sobre o desenvolvimento da atividade turística. A partir dessa promulgação os ideais de descentralização e a perspectiva econômica passam a configurar a temática da política nacional de turismo.

A reestruturação da EMBRATUR em 1991 foi princípio de uma nova Política Nacional de Turismo. Os fatores: geração de emprego e renda e valorização do patrimônio cultural e ambiental são incorporadas aos resultados observados a partir da atividade. Entretanto, segundo a FJP (2009) essa Política Nacional de Turismo não se efetivou, devido à instabilidade política e econômica sucedida nos primeiros anos da década de noventa.

Em 1994, o então governo federal estabelece o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT. O objetivo desse Programa era proporcionar aos municípios condições técnicas e organizacionais para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. O PNMT trabalhou a integração de todos os agentes intervenientes para a formulação do instrumento legal (EMMENDOERFER, 2009) que viabilizasse benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais dentro do contexto em que estavam inseridos. De acordo com a FJP (2009) a proposta de municipalização do turismo, contida no PNMT deveria proporcionar um processo de desenvolvimento turístico visível a todos os munícipes. Para tal êxito a participação da população local seria imprescindível, pois o PNMT permitia ao cidadão ser protagonista da atividade turística.

O PNMT contribuiu para a descentralização da atividade turística, suas ações entre os anos de 1995 a 2001 alicerçaram os ideais de municipalização presente nos programas que o sucederam (FJP, 2009). De acordo com Emmendoerfer (2009) o Programa incentivou a implantação de Conselhos Municipais de Turismo, propagou modelos de Fundo de Investimento e contribuiu para a implantação do Plano Diretor de Turismo, além de outros instrumentos de municipalização.

Com a criação do Ministério do Turismo – Mtur em 2003, através da medida provisória 103, de 1º de janeiro, o governo começa efetivamente

articular ações entre o Estado e sociedade civil organizada, buscando maximizar os resultados e racionalizar gastos através de um modelo de gestão pública pautado pela descentralização e participação. Para atingir tais objetivos foram elaborados o primeiro e o segundo Plano Nacional de Turismo, os quais possuem premissas básicas como: desconcentração de renda por meio de regionalização, interiorização, segmentação da atividade e diversificação dos mercados e produtos. De acordo com Emmendoerfer (2009), a criação do Ministério do Turismo atribuiu valor a atividade turística. Para a FJP (2009) a criação do Ministério apresenta a importância da atividade para o Governo.

Para fins de regionalização o MTur lançou o Programa de Regionalização do Brasil - Roteiros do Brasil, seguindo as tendências mundiais propostas pela OMT. O principal objetivo desse programa é ofertar outros destinos turísticos dentro do país, possibilitando desta maneira a desconcentração da oferta que estava localizada predominantemente no litoral. Neste sentido o Mtur começou a apoiar projetos voltados para o fortalecimento organizacional e o empreendedorismo, contemplando desta forma: aspectos naturais, culturais e sociais dos destinos turísticos.

A segunda versão do Plano Nacional de Turismo 2007 a 2010 contemplou um trabalho integrado de cooperação e participação entre diversos setores do governo, da iniciativa privada e do terceiro setor, bem como das instituições com assento no Conselho Nacional de Turismo - CNTur.

A atividade turística conquistou notoriedade na agenda política do Brasil a partir da descentralização e da possibilidade do engajamento dos diversos seguimentos: poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Conforme apresenta Emmendoerfer (2008), diante da descentralização, cabe ao Estado desempenhar o papel de controle das Políticas Públicas de Turismo, assegurando que os benefícios auferidos pela atividade atendam as necessidades econômicas, socioculturais e ambientais da população local.

## **2.2 Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais**

A atividade turística em Minas Gerais desenvolveu-se a partir dos destinos termais e históricos. Segundo Emmendoerfer (2008), Minas Gerais por muito tempo trabalhou apenas com os destinos turísticos das cidades históricas e termais. De acordo com Bolson (2004), as primeiras políticas públicas relacionadas com a atividade turística ocorreram no final do século XIX e no início do século XX. Essas políticas estiveram relacionadas diretamente com o desenvolvimento das cidades das águas: Araxá, Cambuquira, Caxambu, Poços de Caldas e São Lourenço. O potencial hidromineral, aliado ao valor terapêutico atribuído às águas minerais foi sem dúvidas o fator que originou precedentes na história do turismo em Minas Gerais (PEREIRA 1999).

O apogeu da atividade turística nas Cidades das Águas ocorreu no início do século XX (SILVA JR, 2004). Neste período o Governo Geral concentrou seus esforços para fomentar a atividade na região. Foram construídas rodovias e ferrovias, para facilitar a afluência de turistas de diversas partes do país, fato que contribuiu para o fortalecimento da economia da região e conseqüentemente o aumento da construção de infraestrutura turística. Neste mesmo período observa-se o papel preponderante dos jogos de azar para atividade turística dessas cidades (SILVA JR, 2004).

A década de quarenta foi um marco para a atividade turística em Minas Gerais. De acordo com Bolson (2004), em 1940 surge à primeira menção legal ao turismo no Estado de Minas Gerais. Institui-se em consonância com o modelo do Governo Federal, o Departamento de Imprensa e Propaganda, com atribuições voltadas a propaganda, a imprensa e ao turismo. Em 1946, o Decreto Lei 9.215 30/04/1946 proíbe os jogos de azar no Brasil. Este fato aliado a queda no modelo de tratamentos por meio das águas minerais encerraram o ciclo virtuoso da atividade turística nas Cidades das Águas. Segundo Bolson (2004), a diminuição dos turistas / pacientes nas Cidades das Águas e a proibição dos jogos no Brasil ocasionou uma crise nas estâncias hidrominerais.

Em 1960 o Governo do Estado através do decreto 6.090 de 29/12/1960, cria a Hidrominas – Águas Minerais do Estado de Minas Gerais S/A, empresa

responsável pela exploração das águas e fomento da atividade turística (BOLSON, 2004). De acordo com Silva Jr (2004) a Hidrominas além de explorar e industrializar os recursos hidrominerais, fomentar e desenvolver o turismo, produzir e distribuir as águas minerais seria responsável por administrar as redes de hotéis do Estado, os parques, as grutas, os balneários e as estâncias. Ainda na década de 60 identifica-se a Criação do Conselho Estadual de Turismo e o Departamento de Turismo, subordinado a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (lei 2452 25/09/1961).

A partir da década de 70 percebem-se através do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico – PMDES, ações para o desenvolvimento da atividade turística. Essas ações foram aprimoradas através das edições posteriores do PMDES II, PMDES III e PMDES IV. É importante observar que a partir do PMDES II (1975), foi instituído o Programa Mineiro de Turismo - PROMITUR. De acordo com Bolson (2004), o governo criou a Agência de Desenvolvimento Turístico de Minas Gerais - ADETUR/MG, para implementar o PROMITUR, entretanto esta agência não atingiu os objetivos propostos.

No início da década de 80, a atividade turística passa a ser coordenada pela Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo – SELT criada através da Lei 8.502 de 1983. De acordo com Bolson (2004), a esta secretaria estavam subordinadas os seguintes órgãos relacionados ao turismo em Minas Gerais: Empresa Estadual de Turismo – TURMINAS, PROMINAS, HIDROMINAS, a Superintendência de Turismo – SUT e o Conselho Estadual de Turismo – CETUR. De acordo com Silva Jr (2004), o planejamento, a organização, a execução e o controle da atividade turística, além da fiscalização dos programas estavam a cargo da SUT.

A CETUR era responsável por subsidiar a formulação da política. A TURMINAS era o órgão executivo e a HIDROMINAS operaria a infraestrutura de apoio. A PROMINAS transformou-se na executora de obras. No fim da década de 80 a HIDROMINAS inicia o processo de privatização do seu patrimônio. Essa privatização incorporou as unidades operacionais pertencentes ao Estado ao patrimônio das prefeituras (BOLSON, 2004). Em

1989 a atividade turística é incorporada a Constituição Estadual, passando a configurar como uma categoria econômica e fator de desenvolvimento cultural e social.

O início da década de noventa foi marcada por diversas iniciativas como: o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, o Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais – Planitur, o Conselho Estadual de Turismo – CETur e o Fundo de Assistência ao Turismo – FASTUR. Contudo apesar dessas ações, nada de concreto e relevante foi realizado neste período (BOLSON, 2004). No final da década de noventa, o Governo do Estado através da lei 13.341, cria a Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR, com a finalidade de planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar a atividade turística no Estado.

De acordo com Ignarra (2003), as políticas de turismo observadas a partir da década de noventa, promovem a desconcentração dos fluxos turísticos através da inclusão de novos destinos e favorecem a participação cidadã no planejamento e desenvolvimento do turismo local. Seguindo as tendências mundiais para o desenvolvimento da atividade turística e tendo em vista a dimensão territorial e o potencial turístico do Estado, a SETUR através do decreto 43.321 2003, estabelece a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

Essa Política faz parte do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI e está contida nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Mineiro. A Política de Circuitos Turísticos prevê a associação de municípios como instâncias de governança local. Essas Associações devem ser compostas por um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas (DECRETO 43.321 2003). As associações devem ser constituídas por integrantes do Poder Público, do setor privado e sociedade civil (SETUR, 2010).

A Política de Circuitos foi publicada e implementada em 2003. Essa Política impôs a certificação dos circuitos como forma descentralizar os recursos e ações. Nesse sentido os circuitos que eram certificados passavam a

ter acesso a Política. Para obter a certificação a associação do circuito deve estar articulada, organizada, em processo de planejamento e com oferta turística levantada e organizada. Ainda são necessários apresentar os seguintes documentos: planejamento estratégico, plano de ação anual e relatório de ação do ano anterior (SETUR, 2010).

De acordo com a SETUR (2010) as ferramentas de monitoramento das associações de circuitos estão dispostas dentre os critérios de certificação e manutenção da certificação. Além desses critérios outro fator utilizado para monitoramento é a comunicação estabelecida entre a SETUR e as associações, fato que pode permitir a secretária informações sobre o cenário que encontram-se os circuitos.

Segundo Emmendoerfer (2008), a Política de Circuitos Turísticos exhibe o Estado como gestor, parceiro e facilitador, atuante na criação dos Circuitos Turísticos; o Governo Federal aparece como incentivador, pois a Política de Circuitos está em consonância com o Programa de Regionalização do Ministério do Turismo. Desta forma, a normatização, o controle e o fomento da atividade turística, são de responsabilidade do Estado (BENI, 2001). Em contrapartida, a iniciativa privada, órgãos de fomento e sociedade civil, comparecem como implementadores e financiadores da Política.

Este relacionamento formado a partir da criação dos Circuitos Turísticos renovou o estilo de ação governamental, contribuindo para êxito da atividade turística no Estado. Para Ignarra (2003), o turismo é um produto multifacetado e, para que aconteça o desenvolvimento turístico exitoso, é necessária a parceria entre os partícipes da atividade turística e Poder Público.

### **2.3 TURISMO**

O turismo é um fenômeno social contemporâneo, que indica o movimento de pessoas em contextos diferentes do seu ambiente de origem desencadeando impactos positivos e negativos, relacionados a aspectos econômicos, socioculturais e ambientais (COOPER *et al.*, 2001). Para a OMT - Organização Mundial do Turismo, o turismo engloba as atividades das

pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios e outros fins (IGNARRA, 2003).

O turismo apresentado nos moldes atuais, denominado turismo em larga escala, turismo de massa, originou-se com as transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente devido às condições de: alta produtividade da sociedade industrial (GRUNEWALD, 2003); aos avanços nos transportes; comunicações e mercadologia.

O conceito de turismo passou por uma evolução desde seu primeiro relato oficial que data de 1910. Atualmente, ainda existe um debate aberto em busca de um conceito único e padrão para a atividade. A primeira definição foi do austríaco Herman Von Schullard, o qual registrou que o turismo englobaria “a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionada com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e fora de um país, cidade ou região” (IGNARRA, 2003, p.12).

Atualmente a definição proposta pela OMT é

o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (Sancho *et al* 2005).

Quantitativamente, o turismo apresenta-se como uma das maiores indústrias do mundo e é considerada uma das atividades que mais cresce no cenário econômico. O setor do turismo agrega múltiplos componentes que estão intrinsecamente relacionados a outros setores da economia, tornando-se desta maneira um setor chave para o cenário econômico. Além de atividades como transportes rodoviários, aéreos, fluviais e marítimos. O setor ainda reúne atividades na rede hoteleira, nos restaurantes e bares, boates e casas noturnas, parques temáticos e casas de entretenimento, agência de viagens, entre outros itens da economia, tornando-se uma das atividades que mais gera emprego, estimulando diversos investimentos inclusive internacionais (MOESCH, 2002). Segundo Sancho *et al.* (2001), os resultados econômicos do

setor são os que mais agregam valor em relação aos demais setores da economia, favorecendo uma melhor distribuição de renda.

A relevância do turismo como fenômeno social despontou-se a partir da década de 50 (LAGE e MILONE, 1991), quando se projetou como um dos mais importantes setores da economia mundial. Segundo Barreto (2004) o turismo é considerado um fenômeno social, pois diz respeito ao homem em sociedade e dentro de um processo histórico.

Como pode ser observado na literatura existente, o turismo apresenta números consideráveis no setor econômico. Segundo a SETUR (2010) o turismo é responsável por 10% do PIB e emprega aproximadamente 200 milhões de pessoas. Vale ressaltar que embora os efeitos econômicos apresentem-se positivamente, o turismo pode ocasionar impactos positivos e negativos (CABRAL, 2005).

Cooper *et al.* (2001) informa que ao analisar o desenvolvimento da atividade turística, torna-se importante ter uma visão holística sob todos os aspectos impactados pela atividade.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O capítulo a seguir apresenta a caracterização da pesquisa, do objeto de estudo e unidade de análise além de revelar os procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados desse estudo.

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

Os métodos utilizados na elaboração desse trabalho foram voltados para uma abordagem qualitativa. Contribuindo dessa forma para o entendimento da complexidade e particularidade do caso.

A pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso, do tipo descritivo. De acordo com Yin (2005) o estudo de caso trata-se de uma investigação empírica onde são investigados dados referentes ao fenômeno dentro do seu contexto. Gil (2002) apresenta o estudo de caso como um estudo profundo

sobre um ou poucos objetos, de forma a propiciar um conhecimento amplo e detalhado sobre o objeto em estudo. Sendo assim o estudo de caso proposto foi uma avaliação da Política de Circuitos Turísticos, no Circuito das Águas.

Quanto aos fins o estudo é descritivo, pois busca descrever, analisar e avaliar a Política de Circuitos Turísticos. De acordo com Godoy (1995) a pesquisa descritiva revela o entendimento do pesquisador sobre a realidade estudada após análise dos dados coletados. Gil (2002) aponta que a pesquisa descritiva tem por finalidade descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecer relações entre as variáveis.

De acordo com Cervo e Bervian (1983:66) na pesquisa descritiva o pesquisador “observa, registra, analisa e correlaciona fatos sem manipulá-los”. Nesse tipo de pesquisa os dados não aparecem sob formas numéricas, eles emergem da transcrição de entrevistas, análise de documentos, relatórios e anotações de campo (GODOY, 1995).

Os meios de investigação utilizados para esse estudo de caso foram: pesquisa bibliográfica, documental e levantamento.

A pesquisa bibliográfica é uma pesquisa desenvolvida a partir de livros, revistas e artigos científicos (GIL, 2002). Para esse trabalho utilizou-se desse acervo para formar um referencial teórico sobre políticas públicas, turismo e avaliação de políticas públicas. De acordo com Cervo e Bervian (2003) a pesquisa bibliográfica visa sistematizar as referências teóricas publicadas.

Gil (2002) explica que existem semelhanças entre as pesquisas bibliográficas e as pesquisas documentais, entretanto a primeira trata de dados sistematizados e ou analisados, já a segunda, pesquisa documental trabalha com dados que ainda não receberam tratamento analítico.

Para Gil a pesquisa documental é realizada em documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas, para esse trabalho foram utilizados documentos relacionados a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

O levantamento também foi um meio de investigação utilizado nesse trabalho. Através das entrevistas semi-estruturadas, aplicadas junto aos sujeitos sociais, buscaram-se dados primários que enriqueceram a análise proposta. De acordo com Gil (2002) esse tipo de pesquisa busca através de uma interrogação direta, os dados que se pretende obter.

### 3.2 OBJETO DE ESTUDO E UNIDADE DE ANÁLISE

Para o estudo de caso proposto, estabeleceu-se a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais, implementada nas cidades que compõem o Circuito das Águas como sendo o objeto de estudo.

As unidades de análise são todas as cidades associadas ao Circuito das Águas no ano de 2010 e a SETUR. As cidades associadas são Baependi, Cambuquira, Campanha, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Heliadora, Lambari, São Lourenço e Soledade de Minas.

No Quadro 3 apresenta-se o perfil dos municípios integrantes do Circuito das Águas.

Quadros 3 – Perfil dos municípios integrantes do Circuito das Águas

Municípios	Extensão territorial Km <sup>2</sup>	Total de domicílios (ref. 2010)	População	PIB Per capita (ref. 2008)
Baependi	750	6.941	18.307	R\$ 7.222,57
Cambuquira	246	5.164	12.602	R\$ 8.779,38
Campanha	335	5.922	15.433	R\$ 8.489,13
Carmo de Minas	322	4.812	13.750	R\$ 7.183,60
Caxambu	100	9.510	21.705	R\$ 6.636,03
Conceição do Rio Verde	369	5.077	12.949	R\$ 8.159,47
Heliadora	153	2.455	6.121	R\$ 9.066,86
Lambari	213	8.693	19.554	R\$ 7.468,64
São Lourenço	58	18.187	41.657	R\$ 8.339,79
Soledade de Minas	196	2.464	5.676	R\$ 5.741,56

Fonte elaborado pelo autor baseado em dados do IBGE.

A escolha desse delineamento justifica-se a partir das seguintes considerações:

Algumas cidades como Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço que compõem a atual Associação do Circuito das Águas já trabalhavam a atividade turística desde o final do século XIX. Sendo assim, as primeiras Políticas Públicas relacionadas com o turismo em Minas Gerais contemplaram essas cidades.

As cidades de Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço, por possuírem estâncias hidrominerais, já trabalhavam alguns conceitos de Circuito Turísticos antes mesmo da formulação e implementação da Política de Circuitos Turísticos em Minas Gerais. O fato dessas cidades possuírem essas características turísticas, estâncias hidrominerais proporcionou a formação de um Circuito das Águas de Minas, que agrupava também as cidades de Araxá e Poços de Caldas. Sendo assim, essas cidades já possuíam um histórico de trabalho turístico em conjunto, fato que pode contribuir para a formação do atual Circuito das Águas, contemplado pela Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

O delineamento também se justifica pelo fato do Circuito das Águas ser o único Circuito Turístico de Minas Gerais que possui dois destinos indutores segundo a classificação da SETUR para destinos indutores padrão de qualidade nacional. De acordo com as SETUR (2010), Minas Gerais possui onze destinos nesse padrão os quais estão sendo trabalhados pelo Estado.

Ressalta-se que em janeiro de 2011, momento em que foi realizada a pesquisa a cidade de Três Corações não fazia parte da Associação do Circuito das Águas. Sendo assim esse trabalho conta com 100% de representatividade dos sujeitos sociais.

### **3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS**

Esse estudo buscou combinar os dados coletados a partir do levantamento de dados secundários e de dados primários.

Os dados secundários foram obtidos através de leis promulgadas e documentos fornecidos pela SETUR através do *sitio* e *in loco*. Esses documentos permitiram uma melhor compreensão da Política de Circuito e das ações implementadas.

Os dados primários foram coletados através de entrevistas com os sujeitos sociais, quais sejam: um representante de cada município integrante da Associação do Circuito das Águas e um representante da SETUR.

O representante de cada município foi selecionado a partir de entrevista exploratória feita com um membro da diretoria do Circuito das Águas. O critério proposto para essa escolha foi a participação desse representante na Associação do Circuito. Já o representante da SETUR considerou-se um membro responsável pela implementação da Política de Circuitos no Estado e que respondesse pelo Circuito das Águas. Limitou-se a entrevistar apenas um membro da SETUR pois os dados obtidos nessa entrevista seriam analisados a partir da triangulação com os dados obtidos através dos documentos da própria secretaria e representantes dos municípios.

O Quadro 4 a seguir, caracteriza os sujeitos sociais quanto a seu código utilizado nas análises, cargo ocupado pelo respondente no município e cargo ou função na Associação do Circuito.

Quadros 4 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa

<b>Código do Entrevistado</b>	<b>Representante do:</b>	<b>Cargo Ocupado pelo Entrevistado no município</b>	<b>Função do entrevistado na Associação</b>
<b>(E1)</b>	Município	Coordenador de turismo	Conselheiro Fiscal
<b>(E2)</b>	Município	Representante da iniciativa privada	Representante da iniciativa privada
<b>(E3)</b>	Município	Chefe do departamento de turismo	Secretária
<b>(E4)</b>	Município	Gerente CULTUR	Diretora financeira, gestora
<b>(E5)</b>	Município	Chefe do departamento de	Diretor executivo

planejamento em turismo			
(E6)	Município	Coordenador de turismo	Representante do município
(E7)	Município	Secretário do DECELT	Fiscal
(E8)	Município	Diretora de turismo	Representante do município
(E9)	Município	Acessor de marketing da SERVITUR	Diretor de marketing
(E10)	Município	Auxiliar de Biblioteca	Conselheiro Fiscal
(S1)	SETUR	Diretor de planejamento da política de Turismo	-

Fonte: Elaborado pelo autor

### 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados foram utilizados roteiros de entrevistas, conforme apêndice 1 e 2. O roteiro de entrevista foi composto de duas partes sendo uma a caracterização do entrevistado e a outra discorrendo sobre o desenvolvimento da atividade turística no município e circuito. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise do conteúdo.

O primeiro bloco da entrevista foi composto por um conjunto de perguntas que caracterizavam os entrevistados quanto a características demográficas, quanto a seu cargo no município, seu cargo na associação e seu envolvimento com a atividade turística. Esse bloco apresenta o perfil do entrevistado bem como algumas características que foram utilizadas para análise dos dados.

O segundo bloco que compõe o roteiro de entrevistas tratou inicialmente da questão histórica da atividade turística na região e nos municípios pertencentes ao circuito das águas, desta forma as respostas obtidas após as entrevistas foram utilizadas para responder como era desenvolvida a atividade e como ocorreu o processo de criação do circuito das águas, dessa forma o conteúdo que emergiu após as análises dessas respostas contribuíram para elucidar o primeiro e segundo objetivo específico desse estudo.

O segundo bloco de entrevistas também contribuiu para o cumprimento dos demais objetivos específicos. As análises do conteúdo desse bloco das entrevistas permitiram investigar as motivações dos municípios para se associarem ao circuito das águas, as vantagens para um município que se associa ao circuito, as ações desenvolvidas para o Circuito das Águas e as mudanças ocorridas nos municípios após a associação desses no Circuito.

### **3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS**

Utilizou-se para análise dos dados desse estudo a técnica de análise de conteúdo. Essa análise consiste em uma técnica para o tratamento de dados, seu objetivo é identificar o que está sendo dito sobre determinado assunto (PUGLISI E FRANCO, 2005). Nesse sentido objetivou-se através da análise desse estudo extrair o que estava sendo dito a respeito da Política de Circuitos Turísticos na percepção dos atores estratégicos com o intuito de analisar a Política de Circuitos Turísticos implementada no Circuito das Águas.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo figura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para a autora o processo de análise requer do pesquisador uma vigilância crítica para extrair dos dados o que realmente está sendo dito sobre o assunto.

O processo da análise do conteúdo desse trabalho se dividiu em três etapas de acordo com os procedimentos apresentados por Bardin (1977) e Vergara (2005). As etapas são: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. De acordo com Bardin (1977) na pré-análise definiram-se os materiais e procedimentos a serem adotados nesse estudo. Na fase da exploração do material trabalhou-se os dados de acordo com os procedimentos pré-estabelecidos na etapa anterior. Na fase de tratamento dos dados e interpretação são estabelecidas as conexões para responder ao problema de pesquisa.

Para Bardin (1977) cabe ao pesquisador a responsabilidade por delimitar unidades de codificação do conteúdo. De acordo com a autora o pesquisador

deve optar entre três alternativas para tratar o material a ser analisado. O pesquisador deve trabalhar com o recorte das unidades de registro, enumeração e classificação ou agregação.

O recorte estabelecido para esse estudo foi a nível semântico, as unidades de registros basearam-se no tema apresentado nas respostas dos entrevistados e as unidades de contexto partiu da fala desses entrevistados. A enumeração apresentada verifica a presença ou ausência das unidades de registro no conteúdo das entrevistas. Por fim a classificação ou agregação teve por base a categorização.

Bardin (1977) assinala que a categorização reúne um conjunto de elementos constitutivos, sob um título genérico, com o objetivo de reunir os caracteres comuns a esses elementos.

De acordo com Puglisi e Franco (2005), existem duas formas de se elaborar categorias em uma análise de conteúdo. As categorias elaboradas *a priori* são definidas quando se pretende buscar uma resposta específica para um problema de pesquisa. Também pode-se estabelecer categorias a partir do conteúdo a ser analisado. O presente estudo considerou as categorias a partir da análise das transcrições das entrevistas e das unidades de registro selecionadas. No Quadro 5 apresentam-se as categorias, as subcategorias e indicadores estabelecidas para análise e discussão do problema.

Quadros 5 - Categorias, Subcategorias e indicadores de análise

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>
Histórico da Atividade	Auge da Atividade	
	Declínio da Atividade	
	Associação a ARCA	
Motivações para associação dos municípios à ARCA	Proximidade geográfica e semelhanças ambientais	
	Aumento da permanência do turista na região	
	Benefícios da política	

Análise da implementação da Política no Circuito das Águas	Vantagens para o município	Acesso a política e repasse de recursos
		Promoção e divulgação
		Integração da região e aumento da permanência do turista
	Ações realizadas para o circuito	Capacitação, sensibilização e mobilização
		Projeto APL das Águas
		Promoção e Divulgação
		Sinalização Turística
	Mudanças nos municípios	Conscientização
		Promoção e divulgação
		Sinalização Turística

Fonte: Elaborado pelo autor.

A escolha dessas categorias ocorreu a partir das transcrições das entrevistas e de acordo com os objetivos específicos. Em um primeiro momento procurou-se através da categoria Histórico da Atividade analisar e descrever como se desenvolveu a atividade turística na região do Circuito das Águas, a partir de então criou-se três subcategorias de análise para melhor compreensão da atividade no circuito visto que a o turismo na região passou por três períodos bem distintos. Criou-se então as subcategorias Auge da Atividade, Declínio da Atividade e Associação a ARCA.

A segunda categoria Motivações para associação dos municípios a ARCA surgiu pois procurou-se identificar quais os motivos levaram os municípios daquela região a associar-se ao Circuito das Águas. Através dessa categoria houve a necessidade de se criar três subcategorias de análise para interpretar os dados referentes a essas motivações que eram bem distintas e tratavam basicamente de aspectos das dimensões sociais e ambientais representadas pela subcategoria Proximidade Geográfica e semelhanças ambientais, a dimensão econômica com a subcategoria Aumento da permanência do turista na região e por fim a dimensão política que trata da subcategoria benefícios da política.

Por fim buscou-se uma categoria onde pudesse retratar uma avaliação da fase de implementação da política na percepção dos agentes estratégicos.

Para descrever e analisar melhor essa avaliação criou-se três subcategorias com seus devidos indicadores.

A primeira subcategoria apresenta a percepção dos agentes estratégicos sobre as vantagens para os municípios que fazem parte do Circuito das Águas. Essa percepção constitui a opinião dos entrevistados sobre o que eles consideram vantagens para os municípios que se associam a um circuito. Para melhor compreensão dessas vantagens criou-se três indicadores que são: o acesso a política e repasse de recursos, a promoção e divulgação dos municípios e a integração da região com o aumento da permanência do turista na região.

A segunda subcategoria foi denominada: Ações realizadas para o circuito nessa subcategoria analisou-se de fato quais ações relacionadas à Política de Circuitos foram implementadas nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas. Também para melhor compreensão dessas ações criou-se três indicadores: Capacitação, sensibilização e mobilização; Projeto APL das Águas; Promoção e Divulgação e Sinalização Turística.

Por fim criou-se a subcategoria mudanças nos municípios onde analisamos as percepções dos entrevistados sobre as mudanças ocorridas no circuito, essas mudanças necessariamente estão relacionadas com as ações implementadas no circuito. Conforme nas subcategorias anteriores também foram criados indicadores para melhor compreensão dessas mudanças ocorridas nos municípios. Entre essas mudanças estão a conscientização; a promoção e divulgação e a sinalização turística.

Na figura 2 apresenta-se um arcabouço que articula o referencial teórico e os objetivos específicos.

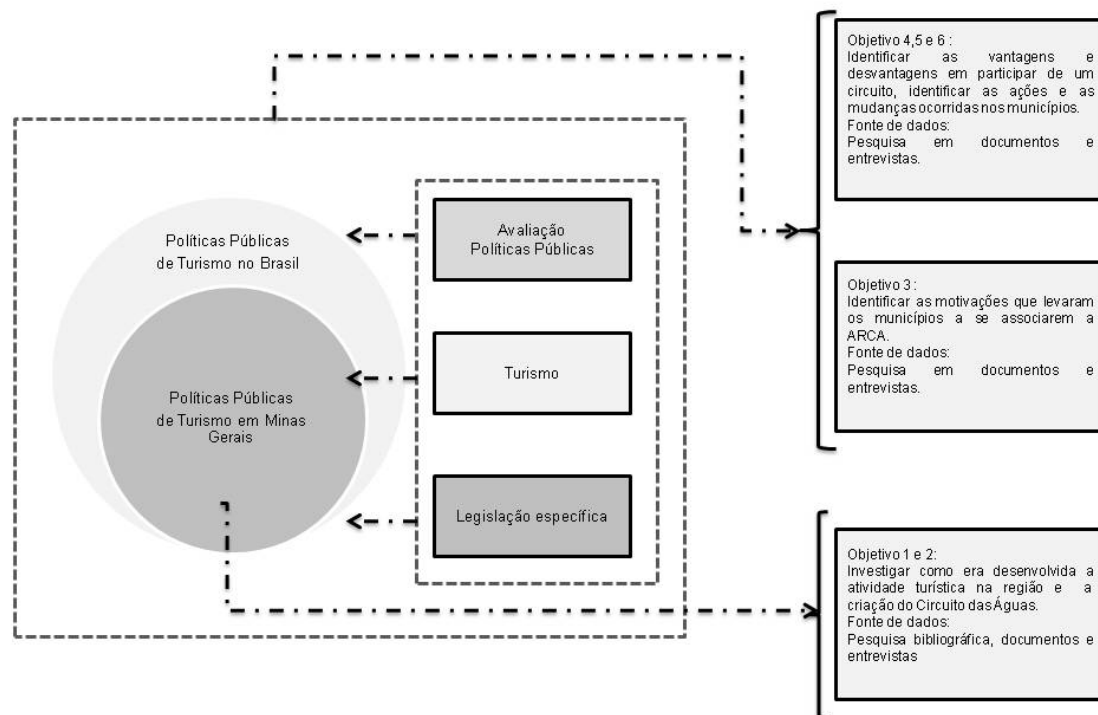


Figura 2 Sistematização do Estudo Proposto

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura acima apresenta através de um arcabouço como se estruturou o cotejo da literatura especializada com dos dados oriundos da legislação específica e os dados oriundos das entrevistas feitas com os representantes dos municípios e com o representante da SETUR a partir dos objetivos específicos propostos nesse estudo.

## 4. ANÁLISES E RESULTADOS

Esse capítulo apresenta as análises e resultados obtidos no trabalho. A seção está dividida em três momentos Histórico da Atividade, Motivações para a Associação dos Municípios a ARCA e Avaliação da Implementação da Política no Circuito das Águas.

### 4.1 Histórico da Atividade

A categoria histórico da atividade turística nas cidades do Circuito das Águas revela o conteúdo proposto pelo primeiro objetivo específico desse

trabalho. Essa categoria tem por objetivo apresentar a evolução histórica da atividade turística nas cidades pertencentes ao Circuito das Águas e possui três subcategorias: Auge da Atividade; Declínio da Atividade e Integração a Associação Regional do Circuito das Águas - ARCA. Ressalta-se que essas três subcategorias correspondem a distintas fases do turismo no Circuito das Águas.

A subcategoria denominada de “O Auge da Atividade” representa o início do século XX e está relacionado com a oferta turística da época. Nesse período existiam os tratamentos medicinais feitos através das águas minerais da região, os quais eram associados ao lúdico e também a atividade dos cassinos.

A subcategoria denominada “O Declínio da Atividade” representa o período entre 1950 a 2000 em que ocorreu a proibição dos jogos de azar no Brasil e o término dos tratamentos medicinais a base de águas minerais. Nesse período identifica-se uma queda na atividade turística nas cidades pertencentes ao Circuito das Águas.

Por fim, a subcategoria “Integração à Associação Regional do Circuito das Águas - ARCA, apresenta como era desenvolvida a atividade nos municípios pertencentes ao circuito antes da integração desses à ARCA e como está sendo desenvolvida após essa integração.

Para essa análise considerou-se as entrevistas de todos os representantes dos municípios e do representante da SETUR. O Quadro 6 abaixo apresenta a categoria de análise com suas subcategorias.

#### **Quadros 6 – Categoria - Histórico da Atividade**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
Histórico da Atividade	Auge da Atividade
	Declínio da Atividade
	Integração à Associação Regional do Circuito das Águas - ARCA

*Fonte: Elaborado pelo autor*

#### **4.1.1 Auge da Atividade**

O despertar da atividade turística em Minas Gerais, está relacionado com o valor terapêutico das águas minerais. As atividades sanitárias com emersão e ingestão das águas minerais foram os precedentes da atividade turística no Estado (PEREIRA, 1999). A procura pelos tratamentos com as águas medicinais iniciou-se no final do século XIX e início do século XX. De acordo com Bolson (2004) nesse período, foram identificadas as primeiras ações do Estado em prol da atividade turística e o Governo Geral investiu em melhorias de saneamento básico e infraestrutura de apoio nas seguintes cidades: Araxá, Cambuquira, Caxambu, São Lourenço e Poços de Caldas. Dessa forma evidencia-se com esses investimentos na atividade turística o argumento de Ruschmann (1997), onde ele destaca que o desenvolvimento da atividade turística em uma região pode acarretar uma gama de modificações nas comunidades receptoras.

De acordo com os entrevistados o início do século XX, foi o período áureo do termalismo na região. Para Silva Jr. (2004), por volta de 1920, verificou-se o auge do Circuito das Águas. Os entrevistados relataram que esse circuito era formado pelas cidades de Araxá, Cambuquira, Caxambu, Lambari, São Lourenço e Poços de Caldas. Segundo (E5) “o circuito é o mais tradicional do Brasil, até antes de se existir esse conceito de circuito, já era chamado de Circuito das Águas”. Salienta-se, contudo que essa formatação de Circuito das Águas, mencionada pelos entrevistados, não possui nenhuma referência com a atual formatação, proposta pela Política de Turismo - Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

Para os entrevistados o período áureo do turismo no Circuito das Águas, promoveu um desenvolvimento econômico, social e cultural sem precedentes para as cidades de Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço. A demanda pelo turismo medicinal aliada preponderância do lúdico, fortaleceu o interesse por investimentos na região, aumentando o fluxo turístico e, em consequência a demanda por produtos turísticos conforme mencionado por

(E5) e evidenciado por (E2) “se você quisesse hospedar em julho desse ano, você tinha que reservar em julho do ano passado”.

Em razão desta demanda, as cidades se estruturaram para receber os turistas que passavam dias na região e o Governo investiu na construção de rodovias e ferrovias interligando as cidades (SILVA JR, 2004). De acordo com (E5), o turista que freqüentava a região vinha de outros estados: “vinham famílias tradicionais cariocas, paulistanas, passar quinze, vinte dias na região”. Por esta razão, o Governo e o setor privado investiram na construção de hotéis, cassinos, cinema, teatro, os parques termais e os balneários, contribuindo desta forma com o desenvolvimento das cidades.

De acordo com (E2) a cidade de Cambuquira, uma das estâncias termais, possuía: “hotéis pra 100 quartos, 80 quartos (...) quando agente tinha cassino na cidade”. Os cassinos, os teatros e o cinema atraíam um público seleta na opinião de (E8), “turistas de qualidade, turistas que gastam” e de acordo com (E5), “as grandes peças de teatro e cinema eram lançadas em Caxambu e depois iam pras capitais”. Dessa forma entende-se que o turismo ocasionou modificações nas comunidades receptoras, as quais para Sancho *et. al* (2005) essas modificações são apresentadas como impactos, como resultados da atividade turística.

Na opinião dos entrevistados os resultados econômicos oriundos do turismo proporcionam maior importância para a atividade. Esses resultados também foram percebidos como os mais importantes, principalmente quando mencionam o período áureo do turismo na região. (E2) constata que existiam muitos empregos vinculados a atividade turística “todo mundo trabalhava em hotel, ou era cozinheiro, ou era recepcionista”. Tais constatações corroboram com Sancho *et. al* (2005), que argumenta que um dos resultados positivos da atividade turística é a entrada de divisas na região, fato que pode proporcionar a diversificação das fontes de renda e a geração de emprego. Casimiro (2002) também aponta que os resultados econômicos podem induzir na melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras.

Notam-se através das entrevistas, que a atividade turística do início do século passado desencadeou diversas ações e ou políticas públicas. Essas políticas para Wilke (2006) constituem um forte veículo para o desenvolvimento social e econômico, funcionando como catalisador de investimentos do setor público e privado.

#### **4.1.2 Declínio da Atividade**

Segundo Silva Jr. (2004) em 1946 a Nova Constituição Federal, proíbe os jogos de azar no Brasil. O fechamento dos cassinos ocasionou o declínio na atividade turística nas principais estâncias hidrominerais e na Capital Federal. Nesse sentido (E5) relata que “com o fim do jogo, um dos problemas que passou nossa região é a estagnação (...) inclusive não houve profissionalização da atividade”.

De acordo com Bolson (2004), o advento da medicina científica, foi outro fator que contribuiu para o declínio do turismo na região. (E9) explica que sempre existiu a prática de se fazer as estâncias “os turistas passavam o dia em São Lourenço, Caxambu, Cambuquira e Lambari” (E9). Com o fim das práticas termiais a atividade turística da região passou por sérios problemas. De acordo com Sancho *et. al* (2005) a excessiva dependência da atividade turística é um resultado negativo que pode resultar em diversos problemas para uma região. Segundo (E2) a cidade de Cambuquira “perdeu essa característica de receber”, de ser uma cidade turística. Na opinião dos entrevistados (E2) e (E9) o declínio do turismo na região provocou mudanças econômicas, sociais e culturais em todas as cidades próximas ao Circuito das Águas. Para (E5) as cidades do circuito que antes trabalhavam em conjunto para atender os turistas “se dividiram e começaram a ter uma competitividade entre elas”.

Diante desses fatos, a atividade turística passou a ocupar uma posição secundária nas cidades que compõem o atual Circuito das Águas. Com exceção das cidades de Caxambu e São Lourenço que possuem o turismo como principal fonte de renda, as demais cidades Baependi, Cambuquira, Campanha, Carmo de Minas, Conceição do Rio Verde, Heliódora, Lambari e Soledade de Minas possuem outras atividades econômicas de maior destaque.

### **4.1.3 INTEGRAÇÃO À ASSOCIAÇÃO REGIONAL DO CIRCUITO DAS ÁGUAS (ARCA)**

Com a criação da Secretaria de Turismo do Estado de Minas – SETUR (Lei 13.341/1999) surge uma nova perspectiva para a atividade turística no Estado. Com o propósito de planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar a atividade turística, a SETUR torna-se a principal responsável pela implementação da Política de Turismo - Circuitos Turísticos (Decreto – Lei 43-321/2003). De acordo com SETUR (2010), as Associações de Circuitos Turísticos são instâncias de governança regionais formadas por um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas.

Art. 1º - Para os fins de promoção da política de turismo no âmbito do Estado, serão reconhecidos os Circuitos Turísticos institucionalizados e com personalidade jurídica registrada em cartório, integrados pelos municípios com as características definidas no § 1º deste artigo.

§ 1º - Considerar-se-á Circuito Turístico, o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional. (Decreto 43321 2003).

(S1) menciona que a formação dos Circuitos aconteceu naturalmente, a SETUR identificou as cidades estratégicas e a partir destas cidades montou-se um mapa com grupos de municípios da mesma região

quando agente veio com o desenho territorial mineiro começou a surgir novos circuitos. Caminhos Gerais ficou na ponta, por causa de Poços de Caldas, Canastra ficou aqui (região central), por causa de Araxá e o Sul de Minas ficou ali (sul de Minas), como Circuito das Águas (...) eles se mantiveram como estâncias hidrominerais (S1).

Através desse panorama apresentado por (S1), verifica-se o fim Circuito das Águas composto pelas estâncias minerais de Minas Gerais, Araxá, Cambuquira, Caxambu, Lambari, Poços de Caldas e São Lourenço. Segundo o entrevistado a regionalização entre essas cidades seria algo impossível devido à distância de localização entre elas. A proximidade entre Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço foi um dos fatores que contribuíram para a formatação do atual Circuito das Águas proposto pela Política de Circuitos.

A atividade turística em Minas Gerais até a atual Política dos Circuitos Turísticos, sempre esteve voltada para as cidades que possuíam atrativos históricos e ou hidrominerais. Para (S1), “quando agente começou a falar em turismo (...) só se via falar das estâncias hidrominerais, que hoje é o Circuito das Águas e das cidades históricas”. De acordo com Emmendoerfer (2008), Minas Gerais por muito tempo trabalhou com as cidades que possuíam destinos históricos e termais. Desta maneira, percebe-se um desenvolvimento turístico diferenciado nas cidades de Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço em relação às demais cidades que compõem a ARCA. Para Emmendoerfer (2008) o fato do Governo de Minas ter trabalhado quase exclusivamente por muito tempo com os destinos históricos e termais, pode ter contribuído para desigualdades regionais no que se refere ao desenvolvimento do turismo sustentável.

Para os entrevistados, nos últimos anos, mesmo após a adesão das cidades ao Circuito das Águas, o desenvolvimento da atividade turística nos municípios é proveniente de iniciativas da gestão municipal. Segundo esses entrevistados a atividade turística se resume a eventos, tais como o Carnaval, Festa da cidade e Festas Religiosas, constituindo assim os principais atrativos dessas cidades. Para (E6), “as atividades (...) sempre foram preocupadas muito mais com eventos do que com os atrativos”. De acordo com (E4) o turismo “não se afluava ainda aqui, tinha sim algumas iniciativas na área de cultura em relação ao patrimônio”. Para (E7) a principais festas de sua cidade são o carnaval e a festa da cidade, onde segundo o entrevistado os moradores aproveitam a ocasião para alugarem suas casas e conseguir uma renda extra. De acordo com (E10) há alguns anos, parecia que sua cidade não existia no mapa. Nota-se através das entrevistas que todas as cidades pertencentes a ARCA possuem algum atrativo, entretanto algumas prefeituras ainda não trabalham efetivamente o potencial turístico desses atrativos.

Diante do exposto verifica-se que o desenvolvimento da atividade turística nas cidades que compõem o Circuito das Águas, ocorreu de forma desigual. Percebe-se uma ênfase nos investimentos por parte do Governo, nas cidades que possuíam as estâncias hidrominerais Cambuquira, Caxambu,

Lambari e São Lourenço, tornando-as destinos turísticos potenciais. Porém com a queda do turismo ocasionado pelo fim dos jogos e a redução dos tratamentos hidrominerais, algumas estâncias como Cambuquira e Lambari não conseguiram superar essa ruptura na atividade e se igualaram as demais cidades do circuito no que se refere à atividade turística.

Para os entrevistados, a participação no Circuito das Águas seria uma forma de mudar a realidade da atividade turística da região, pois de acordo com Emmendoerf (2008), a Política de Circuitos Turísticos, torna o Governo do Estado responsável pela criação e gestão do projeto de Circuitos Turísticos, o Governo Federal comparece como incentivador, o setor privado surge como apoiador e patrocinador e a sociedade como protagonista, sendo co-responsável pela conscientização de todos os cidadãos.

#### **4.2 Motivações para associação dos municípios no Circuito das Águas**

A categoria Motivações para associação dos municípios no Circuito das Águas reflete a percepção dos representantes dos municípios assim como a percepção do representante da SETUR sobre as motivações presentes no momento da Integração dos municípios a ARCA.

Essa categoria busca responder o segundo objetivo específico desse estudo e possui três subcategorias que serão analisadas separadamente a partir da percepção dos representantes dos municípios e do representante da SETUR. Essa estrutura de análise está representada no Quadro 7.

Quadros 7 – Categoria - Motivações para associação dos municípios à ARCA

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Representante dos municípios</b>	<b>Representante da SETUR</b>
Motivações para associação dos município a ARCA	Proximidade geográfica e semelhanças ambientais	X	X
	Aumento da permanência do turista na região	X	X
	Benefícios da política	X	

Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir analisa-se as subcategorias para melhor compreensão do estudo.

#### **4.2.1 Proximidade geográfica e semelhanças ambientais (na percepção de representantes dos municípios)**

Verifica-se através das análises das entrevistas que entre as motivações percebidas pelos entrevistados como uma motivação para integração do município a ARCA está à proximidade geográfica e semelhanças ambientais. Essa motivação foi comum a todos os entrevistados. Nesse sentido percebe-se que a prerrogativa, “conjunto de municípios de uma mesma região” previstas nas Diretrizes da Política de Turismo de Minas Gerais (2010: 32) e no Decreto 43 321 2003 foi entendida e atendida pelos municípios que formam à ARCA.

Minas Gerais possui 853 municípios. Sua riqueza cultural, artística, histórica e ambiental é um cenário impar para o desenvolvimento da atividade turística sustentável. Contudo, o número excessivo de destinos e atrativos espalhados pelos diversos municípios torna difícil a eficiência da gestão da atividade turística no estado. Diante deste fato, através do Decreto 43.321 2003 o Governo de Minas implementou a Política de Turismo de Circuitos Turísticos, formando Associações de municípios, que são instâncias de governança regional, formadas por um conjunto de cidades de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas (SETUR, 2010).

De acordo com os entrevistados representantes dos municípios integrantes do Circuito das Águas a proximidade geográfica foi uma das principais motivações para a associação das cidades no Circuito das Águas. Segundo (E1) “juntou-se os municípios do entorno para formar a associação”. Para (E9) a questão territorial é um dos preceitos para que um município se associe ao Circuito das Águas, “a gente tem um preceito assim, que é a questão territorial para continuar fazendo aglutinação” (E9). A proximidade entre os municípios é um fator preponderante para a formatação dos circuitos, pois além de ir ao encontro das diretrizes da Política de Turismo, esta

proximidade possibilita ao turista que pretende fazer o circuito, conhecer melhor cada destino e cada atrativo das cidades pertencentes ao circuito.

Além da proximidade geográfica, as semelhanças ambientais das cidades é outra motivação relacionada pelos entrevistados representantes dos municípios. Para (E3) “a proximidade entre as cidades e o Aquífero Guarani foram fatores que motivaram o município a se associar ao Circuito das Águas”. Na percepção de (E7), “existem similaridades (...) a questão das águas”. Na opinião dos entrevistados, a região que compreende o Circuito das Águas é rica em águas minerais e cachoeiras, estes atrativos estão espalhados nas periferias de diversas cidades do circuito, segundo (E1) suas fontes estão na zona rural, “o lugar é de zona rural, é longe, é muito complicado”. Embora exista diversas fontes de águas minerais e cachoeiras em vários municípios, muitos desses atrativos não são explorados pelo turismo por falta de infraestrutura de exploração e de acesso.

Diante do exposto, verifica-se que as motivações apresentadas pelos entrevistados representantes dos municípios, proximidade geográfica e semelhanças ambientais, estão em conformidade com o critério “conjunto de municípios de uma mesma região” (SETUR, 2010: 32), proposto pela SETUR para a formação da associação do Circuito.

#### **4.2.2 Proximidade geográfica e semelhanças ambientais (na percepção do representante da SETUR)**

Essa subcategoria proximidade geográfica e semelhanças ambientais foi analisada a partir da percepção dos representantes dos municípios conforme visto e também será analisada através da percepção do representante da SETUR, pois existiu conformidade entre essa motivação. As análises a seguir apresentam a percepção do representante da SETUR.

Para o representante da SETUR (S1) essa aglutinação dos municípios, principalmente os municípios que compõem o Circuito das Águas, aconteceu naturalmente. Para ele, as semelhanças naturais representadas pelas estâncias hidrominerais foram à principal motivação.

“na época que a gente foi fazer o trabalho de circuito turístico, eles se mantiveram como estâncias hidrominerais (...) ai entraram outros municípios, por que circuito turístico é um conjunto de municípios que tenham uma afinidade turística entre eles” (S1).

Para (S1) essa afinidade das cidades que compõem o Circuito das Águas são as fontes de água mineral.

De acordo com (S1) a proximidade geográfica também foi uma motivação para essa atual formatação do Circuito das Águas. De acordo com o entrevistado (S1), as outras estâncias hidrominerais como Araxá e Poços de Caldas que pertenciam ao antigo Circuito das Águas, não poderiam participar do atual Circuito das Águas formatado pela Política de Circuitos, pois não existia a proximidade geográfica entre esses municípios e essa seria uma prerrogativa do Decreto 43 321 2003.

“Quando a gente veio com o desenho territorial mineiro, começaram a surgir novos circuitos (...) o Caminho Gerais ficou na ponta por causa de Poços de Caldas, Canastra ficou aqui (região central) por causa de Araxá, e o sul de Minas ali, e o Circuito das Águas como um dos destinos” (S1).

A questão da regionalização com ênfase na proximidade geográfica permitiu a inclusão de outras cidades no roteiro turístico de Minas Gerais. Nesse sentido, na opinião de (S1), a Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais motivou a associação de outras cidades no Circuito das Águas formatado a partir das cidades de Caxambu e São Lourenço que já eram consideradas destinos estratégicos para o turismo em Minas Gerais.

De acordo com a percepção dos representantes dos municípios e do representante da SETUR essa proximidade geográfica e as semelhanças ambientais favorecem a constituição de um produto turístico integrado onde seriam reunidos os atrativos, a infraestrutura e os serviços turísticos de todos os municípios pertencentes ao Circuito.

#### **4.2.3 Aumento da permanência do turista na região (na percepção de representantes dos municípios)**

O Aumento da permanência do turista na região é uma consequência prevista pela política de regionalização. Desta maneira percebe-se através das entrevistas com representantes dos municípios que esse aumento da

permanência do turista na região foi uma das motivações para os municípios se associarem a ARCA. O Quadro 8 apresenta a lista de entrevistados representantes dos municípios que confirmaram essa motivação.

Quadros 8 - Subcategoria – Aumento da permanência do turista na região

Categoria	Subcategoria	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E1	S1
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	
Motivações para associação dos municípios a ARCA	Aumento da permanência do turista na região					X		X			X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com (E5), (E7) e (E10) o aumento da permanência do turista na região também é uma motivação que levou os municípios a se associarem ao Circuito das Águas. Para (E5): “uma cidade sozinha não consegue manter o turista mais do que três dias, mas se você pensa como circuito você consegue manter o turista na cidade, na região por cinco, seis, sete dias fazendo o circuito”.

O modelo de Circuito proposto pela SETUR prevê uma integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional (SETUR, 2010). Neste sentido o modelo propõem um roteiro turístico que integre os atrativos, os equipamentos e a infraestrutura de todas as cidades pertencentes ao Circuito. Para (E5) esse modelo de circuito onde os turistas permanecem na região se hospedando em uma cidade, visitando atrativos em outras, alimentando-se em uma terceira cidade é muito comum na Europa:

“na Europa são pouquíssimas cidades que conseguem, que tem potencial para manter o turista por mais de três ou quatro dias, pura e simplesmente pelas atrações de uma cidade, mas sim pelas atrações de uma região”(E5).

De acordo como Ignarra (2003), a desconcentração dos fluxos turísticos com a inclusão de novos destinos em nível local e regional busca promover a melhoria na qualidade de vida, sendo assim a Política de Circuitos estaria

atuando em conformidade com as tendências mundiais observadas a partir da década de 90, consolidando assim o turismo como uma atividade regional.

Verifica-se através das entrevistas que essa expectativa de se formar um produto turístico regional constitui uma motivação para os municípios se integrarem ao Circuito das Águas.

#### **4.2.4 Aumento da permanência do turista na região (na percepção do representante da SETUR)**

O desenvolvimento da atividade turística é uma consequência do aumento do fluxo turístico e do aumento da permanência desse turista na região. Sendo assim, essa subcategoria de análise aumento da permanência do turista na região foi uma motivação comum para alguns representantes dos municípios e para o representante da SETUR, conforme visto no Quadro 8.

A questão da regionalização ultrapassa a proximidade geográfica e as semelhanças ambientais, a regionalização prevê a formação de um território turístico incluindo atrativos, os equipamentos e a infraestrutura turística de diversos municípios.

Sendo assim, (S1) relata que essa motivação contribuiu para a formação dos circuitos e permitiu a integração dos atrativos turísticos, dos equipamentos e da infraestrutura já existente nas diversas cidades, possibilitando desta forma uma maior permanência do turista na região. Segundo (S1), “uma cidade tem o hotel e a outra o atrativo, eu durmo em uma cidade e vou visitar a outra”, neste sentido a regionalização pode contribuir para o aumento da permanência do turista em uma região, pois este terá a possibilidade de visitar e experimentar outros atrativos.

A motivação aumento da permanência do turista na região torna-se relevante pois diversos municípios que não possuíam vocação turística se espelharam nos municípios indutores e criaram expectativas de desenvolverem a atividade turística do município através de uma atividade regional.

#### **4.2.5 Benefícios da Política (na percepção de representantes dos municípios)**

A política de Circuitos Turísticos prevê diversos benefícios para os municípios que se associam ao Circuito. A subcategoria a seguir, representada no Quadro 9 apresenta mais uma das motivações para associação dos municípios no Circuito das Águas.

Quadros 9 – Subcategoria - Benefícios da política

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>E1</b>	<b>E2</b>	<b>E3</b>	<b>E4</b>	<b>E5</b>	<b>E6</b>	<b>E7</b>	<b>E8</b>	<b>E9</b>	<b>E10</b>
Motivações para associação dos municípios a ARCA	Benefícios da política	X	X				X				

Fonte: Elaborado pelo autor

O modelo de regionalização proposto pela SETUR através da Política de Circuitos está em consonância com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil implementado pelo MTur. A Política Estadual incentiva a criação de Instâncias de Governança Local, constituídas a partir da associação de representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Essas associações devem ser certificadas pela SETUR para integrarem efetivamente a Política Pública de Turismo do Estado.

De acordo com (E2), “primeiramente foi uma imposição de cima para baixo, o ministério resolveu que tinha que ter regiões turísticas e dentro destas regiões tinha o circuito”. Neste sentido a Política de Circuitos Turísticos prevê ações para o fortalecimento e consolidação das Instâncias de Governança com o propósito de alinhar as políticas de turismo aos níveis Federal, Estadual e Municipal (SETUR, 2010).

De acordo com (E1), (E2) e (E6), a participação em uma Associação de Circuito seria um requisito para a aquisição de recursos, repasses e ações. Segundo (E6) “estava começando a política federal de regionalização (...) e houve uma exigência, até para você ter emendas, você ter recursos, você teria que estar atrelado a um circuito” (E6). Percebe-se assim que o repasse de

benefícios constitui outra motivação que levou alguns dos municípios a se associarem ao Circuito das Águas.

De acordo com o Decreto 43.321/2003, os Circuitos Turísticos deveriam ser formados por um conjunto de municípios da mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas. Percebe-se através das entrevistas que os representantes dos municípios e o representante da SETUR, não mencionaram explicitamente tais afinidades como motivação para a associação do município ao Circuito das Águas. Contudo, quando indagados sobre a existência de tais semelhanças culturais, sociais e econômicas os entrevistados (E1), (E2), (E3), (E5), (E6), (E7) e (E9) afirmaram sua existência.

Para (E2) a semelhança entre questão cultural e histórica é marcante nas cidades principalmente entre as quatro cidades que possuem as estâncias: Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço. Para (E7), as semelhanças estão além das fontes: “os municípios são todos voltados para a agronomia, a agricultura, a pecuária, a cultura do café e do leite”. Embora estas afinidades não tenham aparecido como uma das motivações para a associação dos municípios no Circuito das Águas, essas semelhanças podem influenciar no desenvolvimento de políticas do setor.

Diferentemente dos demais entrevistados (E4), acredita que existe semelhança ambiental, entretanto as características econômicas dos municípios integrantes do Circuito das Águas são diferentes: “Olha, o que eu acredito que é comum em nossa região são as montanhas, a água, mas a economia é muito difícil”. Para o entrevistado todos os municípios do circuito passam por dificuldades financeiras, todos possuem seus problemas: “neste sentido existe uma similaridade” (E4). De acordo com o entrevistado a base da economia dos municípios é bem diferente, alguns municípios possuem a indústria como principal fonte de renda, outros consideram o comércio e serviço, outros estão baseados na agricultura e pecuária.

De acordo com Hall (2001), as políticas são influenciadas por características sociais, culturais e econômicas, sendo assim, a inobservância dessas características para a formação de um Circuito pode comprometer o

equilíbrio entre os interesses da coletividade e prejudicar o desenvolvimento da região.

Percebe-se através das entrevistas que não existiu nenhum trabalho de avaliação *ex-ante* por parte da SETUR, principalmente uma avaliação que contemplasse esses aspectos sociais, culturais e econômicos. Segundo os entrevistados a formação do circuito partiu dos municípios indutores e logo após os municípios foram de associando.

### 4.3 Análise da implementação da Política no Circuito das Águas

Para atingir os três últimos objetivos específicos desse trabalho são apresentadas e analisadas nessa seção a percepção dos entrevistados sobre as vantagens e desvantagens de um município estar associado ao Circuito das Águas, as ações realizadas nos municípios pertencentes a associação e que estão relacionadas à Política de Circuitos e por fim as mudanças ocorridas nos municípios após a associação desses a ARCA.

O Quadro 10 apresenta a reincidência de subcategorias de análise objetivando retratar a percepção dos representantes dos municípios e do representante da SETUR. Para essa análise foram utilizadas as transcrições das entrevistas com todos os representantes dos municípios e do representante da SETUR.

Quadros 10 – Categoria – Análise da implementação da Política no Circuito das Águas

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Representante dos municípios</b>	<b>Representante da SETUR</b>
Análise da implementação da Política no Circuito das Águas	Vantagens para o município	X	X
	Ações realizadas para o circuito	X	X
	Mudanças nos municípios	X	

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 4.3.1 Vantagens para o município

Para melhor compreensão dessa subcategoria Vantagens para o município, criou-se três indicadores que representam a percepção sobre as possíveis vantagens em se participar de um circuito. Essas vantagens representam as expectativas dos entrevistados e não possuem relação com as ações realizadas para o Circuito. Essa subcategoria será apresentada através de três indicadores: Acesso a política e repasse de verbas, Promoção e Divulgação e Integração da região e aumento da permanência do turista.

É importante observar que apenas a vantagem acesso a política e repasse de recursos foi comum aos representantes dos municípios e o representante da SETUR. Os demais indicadores foram mencionados apenas pelos representantes dos municípios.

Quadros 11 – Subcategoria - Vantagens para o município

Subcategoria	Indicadores
Vantagem para o município	Acesso a política e repasse de recursos
	Promoção e divulgação
	Integração da região e aumento da permanência do turista

Fonte: Elaborado pelo autor

#### **4.3.1.1 Acesso a política e repasse de recursos (na percepção de representantes dos municípios)**

A partir da análise do conteúdo das entrevistas percebe-se que o acesso a políticas de turismo e repasse de recursos constitui-se como a principal vantagem para os entrevistados, apenas o entrevistado (E6) não mencionou esse acesso a política e repasse de recursos como sendo uma vantagem para o município que se associa a um circuito.

O Governo Estadual através da Política de Circuitos Turísticos estabeleceu o Macro Programa de Regionalização do Turismo. Esse Programa prevê ações para o fortalecimento e consolidação dos Circuitos Turísticos, alinhando a Política de Turismo do Estado, com a Política do Governo Federal. Essas ações estão compreendidas nos seguintes programas: Fortalecimento

da Gestão; Estruturação das Instâncias de Governança e Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional de Minas Gerais.

O Programa de Fortalecimento da Gestão busca a profissionalização e a melhoria da gestão das Associações de Circuitos. O Programa de Estruturação das Instâncias de Governança tem por finalidade promover a descentralização de recursos através de convênios firmados entre a SETUR e as associações. Já o Programa de Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional de Minas Gerais, propõe a elaboração de planos de ação, objetivos e eficazes, para o desenvolvimento dos destinos indutores (SETUR, 2010). Neste sentido percebe-se a atuação do Estado como responsável pela normatização e controle da atividade (BENI 2001).

A participação do município em um circuito é fator primordial para ter acesso às políticas de turismo. De acordo com as SETUR (2010), entre os critérios estabelecidos para um município receber ações dos Programas supracitados está à participação do município em uma associação de circuito. Nesse sentido (E2) relata que “As políticas públicas estão direcionadas a seu favor”. De acordo com (E9), essa vantagem estende-se ao suporte técnico oferecido pela SETUR, “a vantagem está ligada diretamente a esse suporte de secretaria de Estado, essa estrutura toda, por que só vão nos ver se estiver ligada a um circuito” (E9). Diante do exposto verifica-se a necessidade da adesão dos municípios a uma associação de Circuito, como estratégia para participar das políticas de turismo do Estado e ter acesso ao repasse de verbas.

Os entrevistados (E4), (E5), (E7), (E9) e (E10) relatam que a principal vantagem em estar associado a um circuito é o acesso a verbas governamentais destinadas ao turismo. Para (E9) “a maior vantagem de estar configurado hoje num circuito, são justamente esses aportes governamentais”.

De acordo com as SETUR (2010), o repasse do <sup>1</sup>ICMS Turístico, proporciona aos municípios um incentivo financeiro cuja finalidade é promover o desenvolvimento da atividade turística e conseqüentemente o

---

<sup>1</sup> ICMS Turístico – lei 18030 – 2009

desenvolvimento sustentável. Nesse sentido Sancho *et. al* (2005) relata que o desenvolvimento do turismo ultrapassa os limites da atividade, promovendo assim um estímulo na melhoria da qualidade de vida da população local, principalmente no tocante aos serviços públicos e serviços de apoio a atividade turística. Para (E7) “quem não participa de um circuito não terá acesso ao ICMS Turístico”. Desta forma esse repasse do ICMS Turístico tornou-se a principal vantagem para o município que se associa a um Circuito, segundo a opinião dos entrevistados supracitados.

Entretanto, através das entrevistas verificou-se que alguns municípios do Circuito das Águas, recebem outros recursos governamentais destinados a atividade turística. Segundo os entrevistados esses repasses ocorrem via emendas parlamentares. De acordo com (E1), (E2), (E3), (E4) e (E8), o repasse via emenda parlamentar não requer a associação do município a um circuito. Segundo (E1) o município pode buscar verbas diretamente no governo federal, “às vezes a gente vai lá em cima e já faz essa proposta, direto” (E1). De acordo com o entrevistado se o governo municipal estiver inserido na base de apoio de algum deputado ele terá acesso a emendas parlamentares.

Diante do exposto verifica-se uma controvérsia na percepção sobre a vantagem: Acesso a políticas e repasse de recursos. Para alguns entrevistados a associação do município ao circuito permite o acesso a verbas destinadas ao turismo, enquanto para outros, esse acesso a verbas destinadas ao turismo independe da associação do município ao Circuito. Esse impasse promoveu um descontentamento quanto à participação dos municípios no Circuito das Águas.

Contudo, existe um consenso sobre o repasse do ICMS Turístico, todos os entrevistados mencionaram a necessidade de estar associado a um circuito para ter acesso a esse repasse. Nesse sentido, verifica-se que o ICMS Turístico, tornou-se mais do que uma vantagem, ele tornou-se uma motivação para a permanência da cidade no Circuito.

#### **4.3.1.2 Acesso a política e repasse de recursos (na percepção do representante da SETUR)**

Conforme visto no tópico anterior acesso a políticas e repasse de recursos – na percepção de representantes dos municípios, a Política de Turismo de Minas Gerais segue as diretrizes da Política Federal, de acordo com o representante da SETUR “o Programa de Regionalização do Turismo é a base e o Circuito é a Política Estadual” (S1).

Sendo assim, para acompanhar e ter acesso aos benefícios das Políticas de Turismo o município deve estar associado a um Circuito. De acordo com o entrevistado (S1) o Governo Estadual implementou o ICMS Turístico, lei 18.030/2009, que permitirá aos municípios um repasse de verbas para investimentos no setor. De acordo com (S1) “um dos requisitos para obtenção do

Turístico é estar dentro de um circuito”. Segundo (S1) após a certificação de um Circuito são firmados convênios com as Associações, entre estes convênios estão: treinamentos, capacitação e um convênio financeiro para estruturação e marketing do Circuito, “o circuito que é certificado ganha um convênio de saída de dez mil reais (...) para estruturação, capacitação ou marketing” (S1).

O representante da SETUR (S1) menciona que ao participar de um circuito o município passa a ter acesso a repasses de emendas parlamentares com mais facilidade, pois existe a intervenção da secretaria para a aprovação dos projetos apresentados. Contudo, existe uma controvérsia nessa questão de repasses de verbas de emendas parlamentares.

De acordo com o representante da SETUR alguns prefeitos e deputados possuem certa força política que sobressaem os critérios técnicos proposto na Política de Turismo, “existem esses municípios que tem uma facilidade muito grande de conseguir verbas (...) dependendo da cidade consegue na hora” (S1). O entrevistado relata que existe um esforço do governo para adequar esse repasse de verbas federais à Política de Turismo, a demonstração desse interesse é a implantação do ICMS Turístico.

Verifica-se então ao comparar a percepção dos representantes dos municípios com a percepção do representante da SETUR, sobre a vantagem do acesso a política e o repasse de recursos que a participação dos municípios em uma associação de Circuito tornou-se fundamental para o acesso a essa vantagem. Constata-se que os repasses de verbas constituem a principal vantagem idealizada pelos entrevistados, visto que os municípios necessitam de investimentos para trabalhar a atividade turística.

#### **4.3.1.3 Promoção e Divulgação (na percepção de representantes dos municípios)**

O indicador promoção e divulgação apresenta outra vantagem relacionada pelos representantes dos municípios para as cidades que integram o Circuito das Águas. Nota-se através das transcrições das entrevistas realizadas que apenas alguns representantes dos municípios listaram a promoção e divulgação como uma vantagem. O representante da SETUR não mencionou essas ações como vantagens conforme pode ser visto no Quadro 12.

**Quadros 12 - Vantagens para o município - Promoção e divulgação**

Subcategoria	Indicador	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	S1
Vantagem para o município	Promoção e divulgação			x			x		x	x	x	

Fonte: Elaborado pelo autor

O Plano de Marketing Turístico do Estado de Minas Gerais utiliza ações inovadoras para o crescimento do turismo no Estado. Esse Plano prevê o desenvolvimento de ferramentas para o posicionamento, marketing on-line, relações públicas, desenvolvimento e marketing de produtos, publicidade e propaganda de forma geral e uma intervenção mais consistente nos pontos de venda (SETUR, 2010).

Diante desta realidade os entrevistados (E3), (E6), (E8), (E9) e (E10) observaram que após a entrada de seus municípios no Circuito das Águas

ocorreu uma maior divulgação de sua cidade. Segundo os entrevistados supracitados a participação em um circuito possibilita a promoção do município em locais e eventos estratégicos como feiras e salões de turismo. De acordo com (E9), as feiras são “a vitrine de nossos produtos... participamos da ABAV, Salão Mineiro de Turismo e Salão Nacional de Turismo”. Segundo esse mesmo entrevistado o Projeto Escadaria também é uma forma de promoção do Circuito.

A SETUR também prevê como ação de marketing parte dos recursos do Programa de Estruturação das Instâncias de Governança. A celebração desse convênio de descentralização de recursos prevê verbas para estruturação da sede, confecção de *website* e material promocional (SETUR, 2010). Segundo (E9) a SETUR oferece “o material institucional” para propaganda do circuito. Para (E8) a SETUR elabora folders institucionais do Circuito, contendo informações de todas as cidades, “tem um folder que às vezes a SETUR faz” (E8).

Embora apenas cinco entrevistados representantes dos municípios tenham considerado a divulgação e promoção do circuito como uma vantagem para os municípios que se associam a ARCA, ao analisar as entrevistas verifica-se a relevância dessas ações promocionais e dos materiais de divulgação do Circuito. Essa relevância ganha notoriedade para algumas cidades, pois a promoção e divulgação do circuito constituem o único veículo de divulgação dessas cidades.

#### **4.3.1.4 Integração da região e aumento da permanência do turista (na percepção de representantes dos municípios)**

Esse indicador apresenta como uma das possíveis vantagens à integração da região e conseqüentemente o aumento da permanência do turista. Nesse sentido alguns entrevistados mostraram-se bem coerentes com o propósito da Política de Circuito no que diz respeito a percepção sobre a integração da região e o aumento da permanência do turista. Ressalta-se que o representante da SETUR não mencionou esse indicador como uma das possíveis vantagens para os municípios que se associam ao Circuito. O

Quadro 13 apresenta os entrevistados que consideram a integração da região e o aumento da permanência do turista como uma possível vantagem para os municípios que se associam a ARCA.

Quadros 13 - Vantagens para o município - Integração da região e aumento da permanência do turista

Subcategoria	Tópicos	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E10	S1
Vantagem para o município	Integração da região e aumento da permanência do turista		x		x		x		x	x	x	

Fonte: Elaborado pelo autor

A integração da região por meio das Instâncias de Governança Local proporciona através de mecanismos legais ou mesmo através de relacionamentos, um território turístico propício para o desenvolvimento da atividade. A estratégia de agrupar em Circuitos, cidades da mesma região com afinidades culturais, sociais e econômicas proporciona aos municípios associados a um Circuito, vantagens que ultrapassam os benefícios explícitos na Política de Circuitos.

De acordo com os entrevistados (E2), (E4), (E6), (E8), (E9) e (E10), a integração dos municípios pode proporcionar uma cooperação entre eles, no sentido de se firmar parcerias, buscar e implementar projetos, além de se formar um Circuito Turístico competitivo. Para (E4) o desenvolvimento da atividade turística na região depende do trabalho em conjunto e do empenho de cada um dos municípios associados ao Circuito das Águas, “acredito que pra gente crescer, a região tem que estar unida e não cada um puxar por si” (E4).

O entrevistado (E4) menciona que existem municípios no Circuito das Águas, que possuem uma política de turismo municipal forte. Sendo assim, esses destinos podem influenciar e impulsionar o turismo nas demais cidades do circuito, favorecendo o desenvolvimento da atividade turística e contribuindo com a troca de experiências.

Para (E6) “estabelecer parcerias” para troca de experiências e aprendizado é uma vantagem importante para o município associado a um circuito. Segundo Emmendoerfer (2008), deve-se trabalhar a atividade turística por meio de um Circuito, pensando sempre coletivamente. Sendo assim, a Política de Circuitos ao proporcionar parcerias entre governo local, iniciativa privada e sociedade civil seja em âmbito municipal ou regional, torna-se um importante veículo para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

O desenvolvimento da atividade turística é fator preponderante para a atração de turistas. Sendo assim, a formação de um Circuito Turístico envolvendo diversas cidades pode proporcionar o aumento dos atrativos turísticos, dos equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio. Possibilitando assim a maior atração e permanência do turista na região.

O aumento da permanência do turista em uma localidade pode desencadear diversos benefícios, entre eles o aumento de entrada de dinheiro. De acordo com Sancho *et. al* (2005) o maior volume de entrada de dinheiro em uma localidade proporciona o aumento da renda e conseqüentemente maior distribuição dessa renda entre a população local. Sendo assim o aumento da permanência do turista em um Circuito é uma vantagem para os municípios que se associam, pois esse fato pode subsidiar o desenvolvimento da região.

Segundo (E5), (E6), e (E9), uma grande vantagem em participar de um circuito é aumentar o tempo de permanência do turista na região. Para eles é importante trabalhar todos os atrativos turísticos, equipamentos e infraestrutura de apoio presentes em cada um dos municípios. De acordo com (E9) “o turista se hospeda em uma cidade, alimenta em outra, usufrui de um atrativo em outra e assim sucessivamente”, nesse sentido a integração dos municípios e a formatação de um roteiro atraente pode contribuir para o aumento da permanência do turista na região, para E6: “quando a cidade é integrada com os municípios você desloca o público de lá, e ai conseqüentemente traz venda”.

De acordo com (E5) a região esta se estruturando, profissionalizando o setor e criando novos atrativos para estimular a presença de turistas no

circuito, de acordo com esse entrevistado a região em si possui uma atratividade

“a água é nosso maior atrativo, e acredito que este seja o atrativo do futuro (...) em qualquer outro lugar do mundo você tem pequenas atrações e gera um fluxo turístico, nós temos grandes atrações e temos um fluxo turístico pequeno” (E5).

De acordo com Emmendoerfer (2008), um circuito turístico deve ter por base um pólo com maior capacidade de atração e com uma infra-estrutura turística organizada. As cidades de Caxambu e São Lourenço são consideradas cidades indutoras do turismo em Minas Gerais, por consequência são o pólo de atração do Circuito das Águas.

Percebe-se através da análise desse indicador, que os entrevistados esperam como vantagem que a participação do seu município em uma associação de Circuito proporcione a integração da região, formando um produto turístico competitivo que atraia e mantenha o turista na região promovendo o desenvolvimento da atividade turística em todas as cidades do circuito.

Verificou-se também que os entrevistados não relacionaram nenhuma desvantagem para o município que se associa a um circuito. Percebe-se que existe um descontentamento quanto a atual gestão do Circuito das Águas, mas esse fato não compromete as expectativas quanto as possíveis vantagens de se participar de um circuito.

#### **4.3.2 Ações realizadas para o Circuito**

A seguir apresenta-se a subcategoria ações realizadas para o Circuito das Águas. Para melhor compreensão dessa subcategoria também foram criados indicadores. Através das análises verifica-se um paralelo entre a percepção dos representantes dos municípios e do representante da SETUR quanto as ações implementadas para o Circuito das Águas. Verificam-se através do Quadro 14 que são apresentados quatro indicadores para representar as ações, sendo que dois desses indicadores são comuns a percepção dos representantes dos municípios e o representante da SETUR, os

outros dois indicadores constituem apenas a percepção dos representantes dos municípios.

Quadros 14 – Subcategoria - Ações realizadas para o Circuito

Subcategoria	Indicadores	Representante dos municípios	Representante da SETUR
Ações realizadas para o Circuito	Capacitação, sensibilização e mobilização	x	x
	Projeto APL das Águas	x	x
	Promoção e Divulgação		
	Sinalização Turística		

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 4.3.2.1 Capacitação, Sensibilização e Mobilização (na percepção dos representantes dos municípios)

Esse indicador apresenta a percepção dos entrevistados representantes dos municípios quanto das ações implementadas para o Circuito das Águas. Verifica-se que apenas (E1) e (E10) não perceberam ou relataram que ocorreram ações de capacitação, sensibilização e mobilização nas cidades pertencentes ao circuito.

De acordo com a SETUR (2010), a Política de Turismo do Estado estabelece diversos Macroprogramas para o desenvolvimento da atividade turística. Dentre esses grupos de programas estão previstos programas para a formação e capacitação de profissionais e agentes envolvidos com a atividade turística.

Segundo Wilke (2006), o turismo representa uma possibilidade de melhoria econômica no nível de vida das comunidades receptoras, Sancho *et. al* (2005), menciona que a atividade turística proporciona o aumento de empregos diretos e indiretos, formais e informais. Nesse sentido o turismo

passa a atuar como estímulo para a capacitação e especialização da mão de obra local, conforme previsto das Diretrizes da Política de Turismo de Minas Gerais.

De acordo com os entrevistados (E2), (E3), (E4), (E5), (E6), (E7), (E8) e (E9) o circuito promoveu através de convênio entre a SETUR, o SEBRAE e o SENAC, cursos de capacitação e palestras para diversos seguimentos da atividade turística, “cursos de capacitação em parceria com o SEBRAE e o SENAC (...) de garçom, de guia local, de educação ambiental” (E2). Na opinião dos entrevistados essa foi uma das principais ações promovidas pelo Circuito. Segundo os entrevistados foram ministrados cursos de: garçons, camareiras, guias turístico, qualidade no atendimento do turista, ativismo, corporativismo, curso de organização de eventos, educação ambiental e como angariar fundos.

Esses cursos foram aplicados em diversas cidades do circuito, facilitando assim o intercambio entre agentes das diversas cidades que compõem a associação. De acordo com (E4) “no convênio de dois mil e sete (...) teve uma capacitação, juntou uma demanda e o curso foi em São Lourenço”. Embora estes entrevistados tenham citado que ocorreram cursos de capacitação, (E4) e (E9), observaram que estes cursos foram ministrados em gestões anteriores a atual gestão, “eu soube que em outras gestões da diretoria teve cursos no que diz respeito à parte operacional” (E9).

Segundo (E4) a diretoria anterior à vigente, prestou contas de um convênio de forma incorreta, comprometendo assim a assinatura de novos convênios e projetos de cursos de capacitação profissional. “O convênio de dois mil e sete, está travando todas as ações e projetos” (E4).

A SETUR também promoveu através do Programa de Mobilização e Sensibilização da Cadeia Produtiva do Turismo ações para o segmento. Verifica-se através da análise do conteúdo da entrevista de (E5), que o entrevistado percebeu mudanças no pensamento da iniciativa privada, principalmente após o trabalho de sensibilização feito em sua cidade: “veio um ônibus na cidade no início, e ajudou nessa conscientização” (E5).

O Programa de Mobilização e Sensibilização da Cadeia Produtiva do Turismo, busca engajar a comunidade no processo de organização da atividade em prol do desenvolvimento do setor. Nesse sentido Bolson (2004), ressalta que uma das funções da Associação de Circuito é promover a participação das comunidades locais na elaboração do planejamento turístico regional, sendo assim torna-se imprescindível a conscientização, a sensibilização e a mobilização de toda a comunidade.

Conclui-se através das entrevistas com os representantes dos municípios que o Estado através das ações, dos seguintes programas: Programa de Fortalecimento da Gestão, Programa Qualitur – Qualificação e Capacitação Profissional e o Programa de Mobilização e Sensibilização da Cadeia Produtiva do Turismo, promoveu a capacitação e a especialização da mão de obra local e a sensibilização e mobilização da comunidade, com vistas no desenvolvimento econômico, cultural e social da região, entretanto salienta-se que essas ações foram pontuais.

#### **4.3.2.2 Capacitação, Sensibilização e Mobilização (na percepção do representante da SETUR)**

De acordo com (S1) o Circuito das Águas recebeu ações que estão previstas nas Diretrizes da Política Pública de Turismo de Minas Gerais, “sensibilização, capacitação, participar de encontros de presidentes, inventários, tudo que um circuito tem direito eles tem” (S1), entre essas ações o Circuito foi contemplado com ações dos seguintes programas: Programa de Fortalecimento da Gestão, Programa Qualitur – Qualificação e Capacitação Profissional e o Programa de Mobilização e Sensibilização da Cadeia Produtiva do Turismo.

O Programa de Fortalecimento da Gestão visa a profissionalização e a melhoria da gestão das Associações, nesse sentido são realizadas ações como: Qualificação da Gestão, Encontro de Presidentes e Gestores e Avaliação e Monitoramento das Associações. O Programa Qualitur – Qualificação e Capacitação Profissional realiza ações de qualificação e capacitação dos diversos tipos de profissionais que atuam no setor. Já o

Programa de Mobilização e Sensibilização da Cadeia Produtiva do Turismo busca o envolvimento da comunidade com a atividade turística através da mobilização e sensibilização.

Verifica-se através desses programas implementados no Circuito das Águas que o Estado cumpriu as diretrizes propostas para a formação de um Circuito. Constata-se a existência de consonância entre as percepções dos representantes dos municípios e o representante da SETUR em relação às ações de capacitação, sensibilização e mobilização. Contudo é importante ressaltar que essas ações foram pontuais, ocorreu no momento da integração dos municípios a ARCA. Torna-se importante observar que essas ações de capacitação, sensibilização e mobilização precisam ser constantes haja vista que a atividade turística pode ocasionar impactos positivos ou negativos para as comunidades receptoras (CABRAL 2005).

Nota-se também que as ações de capacitação, sensibilização e mobilização implementadas no Circuito das Águas não atingiu todos os envolvidos com a atividade turística, pois a participação da iniciativa privada na associação do circuito é inexpressiva, poucos gestores municipais estão envolvidos com a as ações do Circuito e não existe participação da sociedade civil nas ações da ARCA.

#### **4.3.2.3 Projeto APL das Águas (na percepção dos representantes dos municípios)**

Através desse indicador apresenta-se a ação denominada projeto APL das Águas. Os entrevistados relacionados no Quadro 15 apresentaram esse projeto como uma das ações realizadas para o Circuito das Águas.

Quadros 15 - Ações realizadas para o Circuito - Projeto APL das Águas

<b>Subcategoria</b>	<b>Indicador</b>	<b>E 1</b>	<b>E 2</b>	<b>E 3</b>	<b>E 4</b>	<b>E 5</b>	<b>E 6</b>	<b>E 7</b>	<b>E 8</b>	<b>E 9</b>	<b>E1 0</b>	<b>S1</b>
Ações realizadas para o Circuito	Projeto APL das Águas	x				x				x		x

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com os entrevistados (E2), (E5) e (E9), o APL das Águas é uma das principais ações articuladas pela Associação do Circuito. Segundo (E5): “o APL foi um dos poucos projetos em que eu vi uma mobilização (...) de todo o trade turístico”.

De acordo com as SETUR (2010), o APL é um projeto do Programa de Desenvolvimento de Produtos e Roteiros, que visa disseminar a idéia da criação de produtos competitivos e serviços inovadores, assim como a modernização e construção de hospedagens, melhorias na infraestrutura urbana, capacitação e formação de profissionais.

O APL das Águas é um projeto de competitividade do destino, com a finalidade de segmentar o turismo com foco no Bem estar e Natureza, segundo (E2) “agente faz parte dessa proposta de Bem estar e saúde”. De acordo com as Diretrizes da Política de Turismo de Minas Gerais (2010), o APL das Águas, possui como elementos turísticos: as montanhas da Serra da Mantiqueira, as águas minerais e o café especial, formando assim um conjunto de atrativos voltados para a natureza e o bem estar.

Percebe-se desta forma que o Governo incentiva o engajamento do setor privado, descentralizando seu papel no sentido operacional, porém mantém o controle sobre a atividade, determinando às vezes o tipo e a oferta de turismo da região, corroborando assim com Beni (2001) e Emmendoerfer (2008) que apresentam como ação do Estado a normatização, o controle e o fomento da atividade turística. Nesse sentido o Estado assume a responsabilidade pelos resultados econômicos, socioculturais e ambientais auferidos pela atividade turística (EMMENDOERFER 2008).

#### **4.3.2.4 Projeto APL das Águas (na percepção do representante da SETUR)**

O representante da SETUR (S1) relatou que o Governo implementou na região do Circuito das Águas, ações do Macroprograma de Desenvolvimento e Marketing de Produtos . Segundo (S1) “tem a ação do APL das águas”, essa ação encontra-se no Programa de Desenvolvimento de Produtos e Roteiros e é

um resultado de uma força conjunta entre a SETUR e o SEBRAE. Esse Programa estabelece a construção de um Arranjo Produtivo Local – APL na região do Circuito das Águas.

O APL tem por objetivo promover o reposicionamento mercadológico da região, transformando-a em um produto segmentado com foco no Bem Estar e Natureza. Esse programa estabelece que além das cidades pertencentes ao Circuito das Águas, as cidades de Araxá e Poços de Caldas também serão integrantes do APL das Águas. De acordo com (S1), “hoje dentro do circuito tem um receptivo treinado (...) através do Minas Recebe, que está vendendo o produto. O circuito das Águas tem um ou dois”.

O Programa Minas Recebe tem por objetivo organizar e qualificar o receptivo, o fortalecimento das empresas, a organização da oferta dos produtos turísticos do Estado e a confiabilidade e segurança da operação nos destinos (SETUR, 2010). O Minas Recebe assim como o Programa de Desenvolvimento de Produtos e Roteiros, são programas referente ao desenvolvimento e marketing de produtos da SETUR.

Percebe-se ainda através da entrevista com o representante da SETUR que o Estado promoveu outras ações que não foram relacionadas pelo entrevistado como Ações realizadas para Circuito das Águas. Verifica-se através do conteúdo da entrevista de (S1) informações relativas à execução de alguns programas como: Programa de Estruturação das Instâncias de Governança e Programa Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional.

De acordo com (S1) “o circuito que é certificado ganha um convênio de saída”, sendo assim percebe-se que o Circuito das Águas foi contemplado pelo Programa de Estruturação das Instâncias de Governança, pois o Circuito já está certificado.

O representante da SETUR também menciona que Minas Gerais “possui dezessete destinos indutores de nível nacional” (S1). Caxambu e São Lourenço estão entre esses dezessete destinos, desta forma constata-se que essas

idades também são contempladas com ações do Programa Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional.

Diante das análises realizadas a partir da percepção dos representantes dos municípios e do representante da SETUR sobre a ação do Projeto APL das Águas verifica-se que o Estado está de fato cumprindo com seu papel de fornecer subsídios para o desenvolvimento da atividade turística. Percebe-se também que a partir desse Projeto APL das Águas, formou-se uma nova concepção sobre o desenvolvimento da atividade turística no Circuito das Águas. Contudo, é importante analisar o alcance desses projetos, verificar se todos os setores envolvidos com o turismo estão assumindo seu papel no desenvolvimento da atividade.

#### **4.3.2.5 Promoção e Divulgação**

A promoção e divulgação do Circuito das Águas além de constituir um indicador relacionado na subcategoria Ações realizadas para o Circuito das Águas, também foi um indicador relacionado na subcategoria vantagens para os municípios. Desta forma percebe-se que a promoção e divulgação além de constituir uma possível vantagem percebida pelos entrevistados foi uma ação implementada no Circuito das Águas.

Verifica-se através do Quadro 16 que apenas quatro entrevistados relacionaram a Promoção e Divulgação como uma ação implementada no circuito. Contudo, ao compararmos esse indicador nas subcategorias vantagens para os municípios e mudanças ocorridas após a associação a ARCA verifica-se que além de ser um indicador recorrente outros entrevistados relacionaram a promoção e divulgação como vantagem e como mudanças ocorridas após a integração dos municípios ao Circuito das Águas.

Quadros 16 - Ações realizadas para o Circuito - Promoção e Divulgação

Subcategoria	Indicador	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E1	S1
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	
Ações realizadas para o Circuito	Promoção e Divulgação			x					x	x	x	

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os entrevistados (E3), (E8), (E9) e (E10) entre as ações realizadas para o Circuito estão à promoção e a divulgação dos municípios em Feiras de Turismo, no Projeto Escadaria e através de materiais gráficos. Segundo (E9) “nós levamos o nome de todas as cidades (...) no folder (...) montamos um *stand* no salão”, nesse sentido os entrevistado mencionaram que existiu um aumento da promoção e divulgação dos municípios, após a associação de suas cidades no Circuito das Águas, de acordo com (E3) “houve mais divulgação em feiras, sem custo”.

Percebe-se dessa maneira que a Política de Turismo de Minas Gerais tem contribuído para a divulgação das cidades pertencentes aos diversos Circuitos. De acordo com as Diretrizes da Política de Turismo de Minas Gerais (2010), o Governo do Estado desde 2007, descentralizou aproximadamente 2,7 milhões de reais, para as associações de Circuitos e a Federação dos Circuitos Turísticos – FICITUR, esse recurso foi utilizado em diversos projetos, entre eles estão à criação de site e materiais gráficos, confeccionados para promoção e divulgação das cidades pertencentes aos diversos circuitos.

#### 4.3.2.6 Sinalização turística

O indicador sinalização turística apresenta outra ação desenvolvida para o circuito. Verifica-se através das entrevistas que apenas dois entrevistados relacionaram a aplicação de sinalização turística como uma ação desenvolvida para o Circuito. Entretanto verifica-se que um número maior de entrevistados apontou a sinalização turística como uma das mudanças percebidas após a associação do município ao Circuito, como será visto adiante.

Entre as ações realizadas para o Circuito na percepção dos entrevistados (E3) e (E8) também aparecem à aplicação de placas de sinalização turística. Essa ação está prevista no Programa de Infraestrutura Turística. Através do Programa a SETUR em parceria com o Departamento de Estrada e Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, promove a sinalização turística rodoviária dos circuitos turístico certificados. De acordo com (E3) ocorreram: “cursos de capacitação, palestras do SEBRAE, sinalização nas rodovias” (E3).

Através da análise do conteúdo das entrevistas de (E2), (E6) e (E9) percebe-se que os entrevistados não listaram essa Ação de Sinalização Turística como uma ação realizada para o circuito. Entretanto quando indagados sobre as mudanças percebidas na região após a adesão das cidades no circuito, esses entrevistados mencionaram que ocorreram mudanças na sinalização turística no entorno das cidades. “hoje você está lá em Pouso Alto tem placa de como chegar aqui, está na Fernão Dias, tem placa indicando a cidade seja no sentido Belo Horizonte ou São Paulo” Sendo assim conclui-se que embora esses entrevistados não tenham listado a Sinalização Turística como as ações realizadas para o circuito, elas ocorreram.

#### **4.3.3 Mudanças nos municípios**

Para finalizar, a categoria Avaliação da Implementação da Política no Circuito das Águas, apresenta-se a subcategoria mudanças nos municípios. Essa categoria busca retratar a percepção dos representantes dos municípios quanto a mudanças ocorridas na cidade e região após a adesão do município a ARCA. Essa subcategoria foi dividida em indicadores para melhor compreensão das análises. Ressalta-se que a percepção sobre as mudanças ocorridas no circuito estão em conformidade com a percepção sobre os possíveis resultados das ações implementadas no circuito. Verifica-se dessa forma que as ações implementadas produziram alguma modificação nas comunidades receptoras.

Quadros 17 – Subcategoria - Mudanças nos municípios

Subcategoria	Indicadores
Mudanças nos municípios	Conscientização
	Promoção e divulgação
	Sinalização Turística

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 4.3.3.1 Conscientização

O indicador conscientização apresenta as mudanças em relação ao pensamento e desenvolvimento da atividade nas cidades do Circuito das Águas. Verifica-se através do conteúdo das entrevistas que após grande período de estagnação da atividade provocado pela queda no turismo da região, alguns setores da atividade estão se organizando para buscar o desenvolvimento da atividade, entretanto constata-se também que essa mudança no pensamento sobre a atividade turística ainda não atingiu o Poder Local. O Quadro 18 apresenta os entrevistados que mencionaram essa mudança na conscientização.

Quadros 18 - Mudanças nos municípios - Conscientização

Subcategoria	Tópico	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E1 0	S1
Mudanças nos municípios	Conscientização		x		x	x	x	x	x	x		

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme apresentado na Categoria de Análise: Histórico da atividade turística no Circuito das Águas, o turismo foi um dos pilares da atividade econômica e do desenvolvimento sociocultural, em alguns dos municípios pertencentes ao Circuito das Águas. Contudo o declínio da atividade em meados do século XX trouxe uma estagnação do setor conforme relata (E8), “é indiferente (...) por que agente já chamava Circuito das Águas (...) e isto criou

uma barreira pro pessoal evoluir, por que a cidade já é turística mesmo”. Na opinião de (E8) além do declínio da atividade causado pelo fim do jogo e término do uso das estâncias nos tratamentos sanitários, a iniciativa privada e o poder público não se mobilizaram para trabalhar a atividade turística provocando de certa maneira uma estagnação e até mesmo o declínio da atividade.

Embora exista essa consciência do declínio da atividade turística em toda a região do circuito das águas os entrevistados (E1), (E7), (E9) e (E10), relatam que as cidades passam hoje por um processo natural de crescimento da atividade turística, haja vista, que o turismo é considerado com uma das atividades econômicas de maior crescimento no cenário econômico mundial, além de proporcionar, conforme relata Cooper *et al.* (2001), resultados socioculturais e ambientais.

Desta maneira, constatam-se mudanças no setor. De acordo com os entrevistados (E1), (E7), (E9) e (E10), essas mudanças ocorreram por iniciativa do poder público local e da iniciativa privada, os entrevistados supracitados consideram não existir nenhuma relação entre as mudanças ocorridas no setor com ações da ARCA. Para E1: “o turismo cresceu mais por políticas próprias do município”. De acordo com a análise verificam-se ações isoladas e pontuais, onde o município busca alternativas para fomentar a atividade, porém não existem ações coordenadas entre o município e a iniciativa privada, nem do município com outros municípios.

Observa-se no conteúdo das entrevistas que um entre os dez municípios associados ao Circuito das Águas, não possui nenhum departamento ou secretaria para gerir a atividade turística. Verifica-se também que em cinco cidades o departamento responsável pela atividade turística, também é responsável por outras atividades como: Cultura, Esportes, Lazer e Educação, de acordo com E2: “nós temos departamento de turismo, mas não temos secretário de turismo”. Por fim, identificou-se que das dez cidades integrantes do Circuito das Águas, apenas quatro possuem profissionais graduados em turismo, exercendo o papel de gestor da atividade no município. Diante do

exposto percebe-se certa negligência em relação ao desenvolvimento da atividade turística por parte de alguns municípios integrantes do Circuito das Águas, uma vez que segundo Beni (2001), cabe ao Estado, no caso município, ser parte integrante do processo de normatização e controle da atividade turística, buscando aperfeiçoar as relações entre o setor público e o privado.

As políticas públicas relacionadas com o turismo constituem um forte veículo para o desenvolvimento social e econômico (WILKE, 2006) sendo assim nota-se que as políticas públicas de turismo deveriam pautar com mais frequência e relevância a agenda política de todos os municípios, principalmente dos municípios de regiões consideradas turísticas. Segundo (E5): “os municípios ainda não entenderam a importância do circuito”. Verifica-se após análise das entrevistas que os entrevistados conhecem o potencial turístico da região e a relevância da gestão participativa e descentralizada para o fomento da atividade, entretanto constata-se que os gestores municipais principais responsáveis pela condução das políticas públicas municipais não compartilham dessa idéia. Para (E5) os municípios precisam deixar de lado as questões de política partidária: “todas as cidades estão tentando puxar pra seu lado e não dão a devida importância ao Circuito” (E5).

Diante do exposto nota-se que o governo local não participa efetivamente da Política de Circuitos Turísticos, segundo (E4) “nossos municípios são meros contribuintes, isso quando não são inadimplentes”, de acordo com as Diretrizes da Política de Turismo de Minas Gerais (2010), o poder público municipal a partir da constituição da Instância de Governança Local deve promover a integração contínua do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil, com o objetivo de construir uma política de turismo participativa para o desenvolvimento regional.

Percebe-se que a ARCA não consegue envolver os gestores municipais no desenvolvimento de suas atividades, existe uma falta de articulação e comunicação entre a ARCA e a gestão municipal. De acordo com as análises essa situação se agravou principalmente na atual gestão da associação. Verifica-se que embora os municípios apresentem seus representantes para a

formação da diretoria do circuito, a maioria desses representantes são funcionários públicos e estão na associação para representar o gestor, esses representantes não possuem poder de decisão e não possuem conhecimento especializado sobre a atividade turística, inviabilizando assim o processo democrático de desenvolvimento da atividade.

Percebe-se ainda ao analisar as entrevistas, que o setor privado passou por mudanças significativas após a adesão das cidades no Circuito das Águas. De acordo com (E5), (E6), (E7) e (E9) o setor privado esta se profissionalizando e especializando para atender as demandas turísticas, “ocorreram, pequenas mudanças principalmente nessa questão do profissionalismo” (E5). De acordo com (E9), a participação da iniciativa privada em associações de classe é uma mudança que vem ocorrendo nas principais cidades do Circuito das Águas, desta forma contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística na região: “estamos falando ai de novas associações (...) que efetivamente vão fazer as coisas acontecerem” (E9). Percebe-se dessa forma que a iniciativa privada vem buscando alternativas para o desenvolvimento do setor assim corroborando com as idéias de Beni (2001) que relata que a iniciativa privada deve investir na qualificação e no aperfeiçoamento do pessoal envolvido na atividade, para seu êxito.

Por fim verifica-se que as mudanças ocorridas no pensar e no agir da iniciativa privada, ocorreram mediante a demanda do mercado e não por articulação e iniciativa da Associação do Circuito.

#### **4.3.3.2 Promoção e Divulgação**

Nota-se no decorrer das análises que o indicador promoção e divulgação foi apresentado em todas as subcategorias relacionadas com a análise dos resultados da implementação da Política. Sendo assim percebe-se através da opinião dos entrevistados relacionados no Quadro 19 que a promoção e divulgação dos municípios foi um fato marcante após a adesão das cidades a ARCA.

Quadros 19 - Mudanças nos municípios - Promoção e Divulgação

Subcategoria	Tópico	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E1 0	S1
Mudanças nos municípios	Promoção e Divulgação		x	x			x		x	x		

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com (E2), (E3), (E6), (E8) e (E9), a adesão das cidades na associação do Circuito das Águas proporcionou um aumento na divulgação dos municípios. Nesse sentido percebe-se um esforço da ARCA e da SETUR em trabalhar a promoção de todos os atrativos nos dez destinos do Circuito das Águas. De acordo com o Plano de Marketing Turístico de Minas Gerais, cada circuito turístico mineiro é um todo indivisível, desta forma a experiência que oferece não pode ser fragmentada (SETUR, 2010), neste sentido a SETUR proporciona ao circuito formatado a participação em feiras de turismo e no Projeto Escadaria, estes projetos proporcionam ao circuito uma maior divulgação de seus produtos turísticos e suas cidades, de acordo com (E9) uma das ações concretas da Associação do Circuito das Águas é: “o fato de participar do Salão Mineiro de Turismo e do Projeto Escadaria”.

Além destes projetos de promoção e divulgação, a SETUR também proporciona aos circuitos um convênio de saída. Esse repasse pode ser utilizado para a confecção de materiais gráficos e *website* instrumentos utilizados para maior divulgação das cidades associadas ao circuito. De acordo com (E8): “nós conseguimos folder”, através desses materiais gráficos a SETUR e a Associação busca promover a singularidade de cada município, porém contemplando o conjunto que forma o Circuito.

Nesse sentido, os municípios passaram a ter uma maior promoção e divulgação de seus atrativos, configurando assim uma mudança real na promoção das cidades.

#### 4.3.3.3 Sinalização Turística

Por fim apresenta-se o indicador sinalização turística como mais uma mudança percebida após a adesão das cidades ao Circuito das Águas. Conforme análise apresentada anteriormente, verifica-se que apenas dois entrevistados relacionaram a sinalização turística como uma ação realizada para o Circuito das Águas. Contudo ao analisar esse indicador verifica-se que a mudança na sinalização turística foi percebida por outros entrevistados constituindo assim uma realização da política.

A sinalização turística rodoviária implementada pela SETUR através do Programa de Infraestrutura Turística para os Circuitos Certificados é um conjunto de sinalização de indicação de trânsito com orientações sobre: o circuito, os atrativos, a direção e a distância entre os municípios. Para Sancho et. al. (2005), um dos resultados positivos atribuídos a atividade turística é criação de infra-estrutura, nesse caso específico o Programa promoveu a instalação de placas de sinalização em diversos pontos das principais rodovias federais e estaduais.

De acordo com (E2), (E3), (E6) e (E9) a Política de Circuitos Turísticos contribuiu com a mudança na sinalização turística da região. Para (E2) essa sinalização representa também um forma de divulgação da cidade, “hoje você sai lá de Pouso Alto, tem placa de como chegar nesta cidade, na Fernão Dias, tem placa de como chegar aqui, vindo de BH ou de São Paulo também tem”.

Embora esses entrevistados (E2), (E3), (E6) e (E9), tenham mencionado essa mudança na sinalização turística como mudança percebida após a associação do município ao Circuito, esses entrevistados não relacionaram a aplicação dessa sinalização como uma ação realizada para o Circuito.

Nota-se através das análises dessa categoria Avaliação da implementação da Política no Circuito das Águas, que existem algumas semelhanças entre a percepção do representante da SETUR e a percepção dos representantes dos municípios quando se comparam as ações de Capacitação / Sensibilização e Mobilização e Projeto APL das Águas. Nesse sentido percebe-se que o trabalho de conscientização realizado pela SETUR e pelo SEBRAE em seus projetos no Circuito das Águas foi um marco para os

entrevistados, contudo ao comparar essa percepção com a percepção sobre as mudanças ocorridas nos municípios a partir da associação ARCA, verifica-se que existe uma baixa participação da iniciativa privada na Associação do Circuito e que os gestores municipais não participam efetivamente das ações da Associação.

Verifica-se também que os representantes dos municípios identificaram como ações desenvolvidas para o Circuito a promoção e divulgação dos municípios e a sinalização rodoviária. Esses representantes apontaram como mudanças: a maior promoção e divulgação dos municípios e a aplicação de sinalização rodoviária, nesse sentido percebe-se que existe semelhança na argumentação dos entrevistados mostrando que tais ações de fato promoveram mudanças para os municípios.

O Quadro 20 apresenta um resumo elaborado a partir das análises apresentadas nesse estudo. A síntese dessas análises nos permite uma comparação e uma análise específica por município.

Quadro 20 – Síntese da Análise

Histórico da Atividade Turística na Região do Circuito das Águas			
Município	Auge da atividade	Declínio da atividade	Associação a ARCA
Caxambu São Lourenço	Grandes investimentos em infraestrutura, serviços e equipamentos turísticos. Parcerias entre poder público e o setor privado para desenvolvimento da Atividade.	As cidades <b>continuam</b> trabalhando a atividade turística agora com menos intensidade. <b>Continuam</b> as parcerias entre poder público e iniciativa privada. Há uma redução nos investimentos referentes a atividade turística	Essas cidades eram <b>destaque</b> na condução da atividade turística. <b>Continua as parcerias entre poder público e iniciativa privada</b> em relação à Investimentos em infraestrutura, serviços e equipamentos
Cambuquira		O turismo <b>perde</b> o posto de <b>principal fonte de renda</b> dessas cidades. As cidades <b>perdem diversos atrativos, equipamentos e serviços</b> . Não se investiu mais em turismo.	
Lambari			
Baependi Campanha Carmo de Minas Conc Rio Verde Heliadora Soledade Minas	As cidades <b>não possuem histórico da atividade turística</b> . <b>Outras atividades</b> compõem a <b>renda da população</b>	As cidades <b>não foram afetadas</b> com o declínio da atividade por não possuírem histórico da atividade turística.	<b>Expectativas quanto ao acesso</b> a Política Estadual e Federal de turismo, pleiteando os <b>benefícios, ações, repasses e recursos</b> . <b>Outras atividades</b> compõem a <b>renda da população</b>
Avaliação da Política Implementada no Circuito das Águas			
Município	Vantagens Para os municípios	Ações implementadas	Mudanças nos municípios
Caxambu São Lourenço	Acesso à Política e repasse de verbas e recursos Promoção e Divulgação Integração da região e aumento da permanência do turista	Capacitação, sensibilização e mobilização do envolvidos com o turismo Projeto APL das Águas. Promoção e divulgação. Sinalização turística da região	<b>Maior conscientização de parte da iniciativa privada para a formação de associações de classe</b> <b>Maior</b> promoção e divulgação <b>Melhoria</b> na sinalização turística da região.
Cambuquira			<b>Inserção</b> de promoção e divulgação dos municípios <b>Inserção</b> da sinalização turística da região
Lambari			
Baependi			
Campanha			
Carmo de Minas			
Conc Rio Verde			
Heliadora			
Soledade Minas			
Verificou-se que houve conscientização de parte da iniciativa privada entretanto o poder público e a sociedade não estão conscientizados sobre o envolvimento e participação no desenvolvimento da atividade turística regional.			

Fonte: Elaborado pelo autor

Através do quadro síntese verifica-se o histórico da atividade turística na região do Circuito das Águas, contemplando os principais momentos de cada cidade. O quadro também apresenta a análise comparando a percepção sobre as vantagens para os municípios que participam de um circuito, as ações implementadas pela SETUR para os municípios e as mudanças ocorridas nas cidades após a associação a ARCA.

## **5. Conclusão**

Esse estudo apresenta três momentos identificados através do histórico da atividade turística nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas. O primeiro momento identificado ocorreu no final do século XIX e início do século XX onde caracterizou-se o auge da atividade turística na região. Esse período também pode ser considerado como o início da atividade turística no Estado de Minas Gerais. O segundo momento apresenta o declínio da atividade turística nessa região. O fim das atividades nos cassinos do Brasil e desenvolvimento da medicina científica provocaram a diminuição do turismo na região do Circuito das Águas. Por fim identificou-se nesse estudo o terceiro momento caracterizado através da integração dos municípios a ARCA. A partir desse momento esse estudo aponta a análise da Política de Circuitos Turísticos através da percepção de agentes estratégicos na região do Circuito das Águas.

O auge da atividade turística na região do Circuito das Águas está relacionado com as atividades medicinais que propunham tratamentos com emersão e ingestão de águas minerais e as atividades nos cassinos. Esses tratamentos aliados a prática dos jogos proporcionaram um aumento da demanda turística nas cidades que possuíam estâncias hidrominerais. Minas Gerais possui seis estâncias: Araxá, Poços de Caldas, Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço. Ressalta-se que as quatro últimas cidades supracitadas pertencem ao atual Circuito das Águas. Nesse período esses municípios passaram por um desenvolvimento sem precedentes na história do turismo em Minas Gerais.

O Governo do Estado e a iniciativa privada trabalharam a infraestrutura, os equipamentos e serviços relacionados com o turismo dessa forma proporcionaram a essas comunidades diversas modificações que refletiram na economia, na cultura e na vida social. A base da economia nesses municípios era a atividade turística, sendo assim essas cidades se tornaram referência para as demais cidades que compõem o atual Circuito das Águas.

As demais cidades integrantes da ARCA, Baependi, Campanha, Carmo de Minas, Conceição do Rio Verde, Heliódora e Soledade de Minas não possuem um histórico relacionado à atividade turística, principalmente por terem suas bases econômicas apoiadas em outras atividades como agricultura e pecuária. Sendo assim essas cidades possuem pouca infraestrutura, equipamentos e serviços relacionados ao turismo.

A segunda fase caracterizada nesse estudo foi o declínio da atividade turística na região do Circuito das Águas, esse período iniciou-se na metade do século XX e estendeu-se até a associação dos municípios a ARCA. Com o fim das atividades dos jogos de azar no Brasil e o declínio dos tratamentos feitos a partir das águas minerais, as cidades das águas perderam sua atratividade e conseqüentemente ocorreu um declínio na atividade turística. Algumas cidades como Cambuquira e Lambari perderam alguns atrativos, infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos, provocando conseqüências negativas para a população local.

As cidades de Caxambu e São Lourenço apesar de terem experimentado a mesma queda de demanda turística como nas demais estâncias, souberam trabalhar a questão da parceria entre poder público e iniciativa privada para promover o desenvolvimento da atividade turística. Por conseqüência essas cidades passaram a ser consideradas pelo Estado como cidades indutoras do turismo na região, tornando-se referência para a constituição do Circuito das Águas.

O terceiro momento identificado nesse estudo foi à integração dos municípios a ARCA, esse momento caracterizou-se pela articulação e criação

do Circuito das Águas. Conforme previsto pela Política de Circuitos os municípios estabeleceram uma Instância de Governança Local para fomentar a atividade turística regional, com vistas na integração de municípios da mesma região. Nesse período Caxambu e São Lourenço tinham a atividade turística como uma de suas principais fontes de renda, enquanto as demais cidades pertencentes ao Circuito das Águas contavam com outras fontes de renda.

A associação desses municípios a um Circuito Turístico fez crescer diversas expectativas em relação ao desenvolvimento da atividade turística em nível regional. A partir desse período esse estudo procurou identificar e descrever as motivações que levaram os municípios a se integrarem ao Circuito das Águas. Através de uma perspectiva de análise da Política o presente estudo também procurou identificar e descrever as principais vantagens e desvantagens para o município associado ao Circuito das Águas, assim como procurou identificar e descrever as ações realizadas para esse Circuito e as mudanças ocorridas nas cidades após sua associação a ARCA.

Entre as motivações que levaram os municípios a se integrarem a ARCA, estão à proximidade geográfica e as semelhanças ambientais, o aumento da permanência do turista na região e os benefícios da política. Verificou-se que os entrevistados não mencionaram como motivações para a associação do município a ARCA as características econômicas, sociais e culturais, premissas existentes no decreto 43.321 que cria a Política de Circuitos. É importante observar que embora os entrevistados não tenham considerado essas características como motivações para a associação dos municípios a ARCA essas características são comuns a todas as cidades pertencentes a esse Circuito, fato que pode contribuir para o alcance dos objetivos propostos por uma política que tem por objetivo o desenvolvimento regional.

A proximidade geográfica também constitui um fator essencial para a formação de um Circuito. Essa proximidade permite a constituição de um produto turístico regional integrando atrativos, infraestrutura, serviços e equipamentos turísticos de diversas cidades. A distância entre essas cidades

facilita o acesso do turista aos atrativos encontrados em cada município. As semelhanças ambientais encontrada nos municípios também favorecem a formação de um produto turístico regional. Nesse caso, as semelhanças estão relacionadas às águas, pois a região é rica em águas minerais, rios e cachoeiras e também as montanhas, pois a região possui relevo, clima e vegetação característicos de regiões montanhosas.

Quanto ao aumento da permanência do turista na região é importante observar as tendências mundiais. Essas tendências apontam para o desenvolvimento de um produto turístico regional que ofereça experiências diferenciadas favorecendo assim o aumento da estadia do turista em uma mesma região. Por consequência, esse aumento pode proporcionar o maior gasto do turista em diversas cidades do circuito o que pode favorecer o desenvolvimento regional e a melhoria na qualidade de vida das comunidades.

Por fim identificou-se o acesso aos benefícios da política como sendo uma das principais motivações para a associação dos municípios a ARCA. Esse acesso a Política Estadual de Turismo constitui para muitos municípios a oportunidade de um diálogo com o Estado sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade. Outros benefícios relacionados foram o acesso a ações da Política, os repasses de recursos e verbas que constituem para muitos municípios desse circuito uma valiosa contribuição.

Partindo para uma análise da Política implementada verificou-se a percepção dos agentes sobre as possíveis vantagens atribuídas à participação dos municípios ao Circuito das Águas. Entre as vantagens relacionadas estão o acesso a Política e o repasse de recursos, a promoção e divulgação dos municípios e a integração da região e o aumento da permanência do turista. Essas são as principais vantagens relacionadas no decorrer desse estudo, entretanto verifica-se que algumas dessas vantagens estão presentes apenas no discurso dos entrevistados, pois ao analisar a percepção sobre as vantagens e as ações realizadas constatou-se que existem certas diferenças que serão discutidas a seguir.

O acesso a Política estadual de turismo e o repasse de verbas além de serem consideradas vantagens para os municípios que se associam a um circuito elas também constituem uma motivação para a associação dos municípios ao Circuito. Esse fato corrobora as opiniões de nossos entrevistados a respeito da motivação e vantagem percebida no que diz respeito ao acesso a Política e repasse de recursos. A Política de Circuitos prevê ações para os municípios que estão associados a um circuito, sendo assim os municípios passam a ter vantagens em relação aos demais municípios no que diz respeito a ações relacionadas com o desenvolvimento da atividade turística. Os municípios também passam a ter acesso a Política Nacional de Turismo, pois a Política de Circuitos está pautada na política de Regionalização do Mtur.

Quanto ao repasse de verbas o Governo de Minas Gerais implementou o repasse do ICMS Turístico através de um mecanismo onde o pré requisito para a liberação desse recurso é a participação do município em um circuito turístico. Esse fato é na atualidade a maior motivação para a permanência e participação dos municípios no Circuito das Águas. É importante observar que a participação de um município em um circuito não é a única condição para ter acesso a recursos do Mtur. Verificou-se através das entrevistas que alguns municípios obtiveram repasse do Mtur através de emendas parlamentares, segundo os entrevistados a questão política partidária é fator condicionante para se obter esses recursos.

Como vantagens para os municípios associados a um circuito também foram relacionadas à promoção e divulgação das cidades. As ações de marketing da SETUR visam promover e divulgar os municípios pertencentes a um circuito, esse fato constitui-se uma grande vantagem para alguns municípios visto que muitas das cidades não dispõem de verbas para esse fim. Essa promoção e divulgação proporcionam aos municípios melhor visibilidade e condições de ofertar seus atrativos turísticos. Através da promoção e divulgação as cidades buscam atrair mais turistas.

Outra vantagem relacionada nesse estudo é a integração dos municípios e o aumento da permanência do turista na região. Como vimos anteriormente entre as motivações relacionadas para a associação dos municípios ao Circuito das Águas está à formação de um produto turístico regional. Essa integração da região torna-se uma vantagem para os municípios quando eles se organizam e buscam conciliar forças para o desenvolvimento da atividade turística e de outras atividades que possam refletir no desenvolvimento sociocultural, ambiental e econômico de uma comunidade.

Nesse sentido percebe-se que a formação de um bloco regional poderia constituir-se uma ferramenta onde seriam articuladas ações políticas em proveito do desenvolvimento regional. Entretanto verifica-se que essa integração à ARCA está limitada ao estatuto. Efetivamente os municípios não se articulam, existem questões políticas partidárias que sobressaem os interesses regionais prejudicando assim as ações da ARCA. Verificou-se que os municípios estão atuando isoladamente no que tange a atividade turística dessa forma prejudicando formação do produto turístico regional.

Constatou-se ainda que o aumento da permanência do turista na região deveria ser uma vantagem para os municípios que se associam a um circuito, contudo como ainda o Circuito das Águas não se articula para formar uma atividade turística regional, essa vantagem não passa de um ideal. Nota-se que as cidades de Caxambu e São Lourenço recebem a maior parte dos turistas e que esses turistas concentram suas atividades de lazer nesses municípios, prejudicando dessa forma o desenvolvimento das demais cidades do circuito.

Verificou-se através das análises que não foram relacionadas nenhuma desvantagem para os municípios que integram a ARCA. Contudo é importante observar que muitos desses municípios passam por dificuldades para desenvolverem a atividade turística. Sem o apoio da iniciativa privada e das comunidades, o gestor municipal não consegue planejar e nem implementar ações para o desenvolvimento da atividade turística. Na maioria das vezes esses municípios não dispõem de recursos para investir no turismo por isso

não conseguem estruturar uma secretaria de turismo com profissionais capacitados e envolvidos com a atividade regional.

Analisando as dificuldades encontradas no âmbito da associação do Circuito verificamos que os municípios quando não estão inadimplentes contribuem com uma mensalidade baixa, o que dificulta a contratação de um gestor para administrar os interesses da ARCA. A direção da associação também encontra dificuldades em articular suas ações, seja a nível de direção, seja na interação com os gestores municipais ou com a iniciativa privada e comunidade local, pois não existe um envolvimento desses setores nas ações da ARCA. A direção também encontra barreiras no que se refere as questões político partidárias fato que também compromete o sucesso das ações.

Prosseguindo com a análise da Política implementada nas cidades pertencentes ao Circuito das Águas, relacionou-se as ações realizadas para esse Circuito. Entre as principais ações relacionadas estão às ações de capacitação, sensibilização e mobilização dos envolvidos com a atividade turística, o projeto APL das Águas, a promoção e divulgação dos municípios e a sinalização turística da região. Ressalta-se que dentre essas ações realizadas pela SETUR para os municípios apenas a promoção e divulgação dos municípios está relacionada nas três subcategorias de análise desse estudo.

A SETUR realizou diversas ações relacionadas com a capacitação à sensibilização e a mobilização dos envolvidos com o turismo. Essas ações foram pontuais e ocorreram principalmente no início das atividades da ARCA. Observa-se que nos últimos anos a associação não conseguiu firmar nenhum convênio para a realização de cursos de capacitação no circuito. Nota-se também que as ações de sensibilização e mobilização precisam ser constantes para atingir os fins propostos. A sensibilização e a mobilização são uma das formas de incentivar a participação e envolvimento do poder público, da iniciativa privada e da comunidade com a associação, possibilitando ações para o desenvolvimento de uma atividade turística regional que contemple os interesses de todos os seguimentos da sociedade.

A SETUR em parceria com o SEBRAE também realizou ações do Projeto APL das Águas nos municípios integrantes do Circuito. Esse projeto visa à formação de um produto turístico com bases mercadológicas. O intuito da SETUR e o SEBRAE é formatar um produto segmentado com referências ao bem estar e a natureza. Essa iniciativa promoveu uma nova motivação nos municípios, visto que as ações desse projeto envolveram tanto o poder público quanto a iniciativa privada. Vale ressaltar que o projeto ainda está em fase de implementação e que suas iniciativas são recentes impossibilitando assim uma análise mais aprofundada.

Como vimos anteriormente entre as vantagens em se participar de uma associação regional está à promoção e divulgação dos municípios. Nesse sentido a SETUR vem promovendo diversas ações como a participação em salões e feiras especializadas de turismo, a participação no Projeto Escadaria e a confecção de materiais gráficos e *web sites*, fato que proporcionou aos municípios uma inserção no mercado de turismo e uma melhor divulgação das cidades.

Em relação à sinalização turística da região do Circuito das Águas a SETUR implementou através do Programa de Infraestrutura Turística placas de sinalização em todos os acessos aos municípios pertencentes ao Circuito. Vale ressaltar que essa foi uma das primeiras ações da SETUR para os circuitos e que poucos entrevistados relacionaram essa ação como uma atividade da SETUR para com os municípios. Nota-se, porém que os entrevistados perceberam essa mudança na sinalização turística quando indagados sobre as mudanças ocorridas após a integração dos municípios a ARCA.

Finalizando a análise dos principais desdobramentos da Política de Circuitos nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas investigou-se as principais mudanças ocorridas nos municípios após a integração desses ao Circuito. Entre as principais mudanças estão: a conscientização, a promoção e divulgação e a sinalização turística.

A mudança percebida na conscientização refere-se principalmente a mudanças ocorridas em parte do setor privado. Verificou-se que esse seguimento da sociedade buscou através da capacitação oferecida pela SETUR se profissionalizar em defesa do desenvolvimento da atividade. Esse setor também está desenvolvendo associações de classe, nesse sentido o setor busca organizar-se em favor de melhorias nas condições de trabalho e conseqüentemente no desenvolvimento da atividade. Observa-se, porém que esses fatos na opinião dos entrevistados não estão relacionados com as ações da ARCA. Para os entrevistados o setor privado busca atender as demandas do mercado.

Verifica-se também que a conscientização para o desenvolvimento da atividade não atingiu o poder público, outros segmentos da iniciativa privada e a sociedade, pois esses setores não estão atuando juntos no que se refere às ações da ARCA. O poder público constitui-se às vezes como simples financiador da mensalidade que lhe é imposta. Constata-se que não existe a participação expressiva da iniciativa privada nas ações e na diretoria da associação e a sociedade também não é envolvida em ações da ARCA. A diretoria da ARCA no momento da realização dessa pesquisa era composta por nove representantes do setor público e um representante da iniciativa privada. Verificou-se ainda que esses representantes do setor público são funcionários públicos indicados pelo gestor municipal para atuarem no Circuito.

Quanto à mudança na promoção e divulgação dos municípios, constata-se um aumento significativo em relação a essas ações. Conforme já mencionado alguns municípios não possuem recursos para essas ações, nesse sentido estar associado ao Circuito das Águas permitiu a alguns municípios ser integrado no cenário turístico regional, estadual e nacional. Através da promoção e divulgação essas cidades passam a ofertar seus atrativos e serviços turísticos.

Por fim em relação às mudanças na sinalização turística da região, constatou-se através das análises que foram aplicadas diversas placas de sinalização nas rodovias que cortam a região facilitando dessa forma a

informação sobre o destino e a localização de outras cidades pertencentes ao circuito, sendo assim a mudança na sinalização turística além de contribuir para acesso do turista na região, torna-se uma ferramenta de divulgação dos destinos dentro do circuito, fato que também pode contribuir para o desenvolvimento da atividade na região.

Diante do exposto notam-se pequenos avanços na atividade turística da região do Circuito das Águas. Constatou-se que a SETUR implementou diversas ações propostas nas Diretrizes da Política de Circuitos na região do Circuito das Águas, contudo é necessário refletir sobre a efetividade dessas ações. No que se refere à integração da região, pouco se evoluiu desde a criação da ARCA. Percebe-se alguns avanços no profissionalismo do setor privado em contra partida nota-se que em alguns municípios o setor público ainda não trabalha a questão do profissionalismo quando tratam da atividade turística.

Verifica-se que mesmo diante de uma maior promoção e divulgação das cidades pertencentes ao Circuito das Águas, Caxambu e São Lourenço ainda retêm grande parte do turista em seus municípios. Constatou-se que Caxambu e São Lourenço continuam articulando ações entre o poder público local e a iniciativa privada fato que contribui significativamente para a atração e estadia dos turistas nessas cidades. Verifica-se que os demais municípios estão atentos as demandas e estão procurando trabalhar a questão turística, entretanto é necessário quebrar algumas barreiras e diluir as dificuldades enfrentadas pelos municípios integrantes de um circuito.

Percebe-se que as diferenças entre possuir e não possuir infraestrutura, equipamentos e serviços não possibilitam o desenvolvimento regional. As cidades que estão mais preparadas para a atividade turísticas precisam atuar como indutoras e contribuir com o acesso do turista às demais cidades. Nesse sentido torna-se fundamental a participação de todos os setores da sociedade em prol do planejamento da atividade turística regional. É importante quebrar algumas barreiras político partidárias e barreiras burocráticas para facilitar o acesso a investimentos para o desenvolvimento de infraestrutura e

equipamentos turísticos em todas os municípios pertencentes ao Circuito, dessa forma contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística regional.

Torna-se importante trabalhar a questão da atração de empresas e profissionais que atuam no turismo, criar serviços que contemplem todos os municípios pertencentes ao Circuito e principalmente criar condições fomentar a atuação dos diversos setores da sociedade na condução das políticas de turismo. Nota-se dessa forma que pouco se avançou na integração dos municípios com vistas à formação de uma associação regional para o desenvolvimento da atividade turística.

É importante observar que região do Circuito das Águas agrega diversos atrativos que servem como subsídios para formação de um produto turístico competitivo, capaz de imprimir o desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental dos municípios pertencentes ao circuito. A região também possui boa infraestrutura, equipamentos e serviços, ressalta-se que em alguns municípios essa questão precisa ser mais trabalhada. Entretanto a questão da articulação entre a diretoria da associação, a articulação entre a diretoria e os gestores municipais e a diretoria e os demais setores da sociedade precisam ser trabalhadas em favor do desenvolvimento da atividade turística.

Através desse estudo procurou-se avançar um pouco mais na literatura sobre políticas públicas e também oferecer informações sobre os principais desdobramentos da implementação da Política de Circuitos Turísticos nos municípios do Circuito das Águas. Observa-se que outros estudos como analisar os resultados da implementação da Política a partir da perspectiva de outros agentes do turismo como proprietários de equipamentos e empresas de serviços turísticos, estudos comparando a implementação da Política em outros circuitos podem contribuir para o direcionamento das ações do Estado em direção ao desenvolvimento da atividade turística regional.

## 6. Bibliografia

ANGELI, M. N. B. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas: Papyrus, 1991.

AZEVEDO, S. Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. in: Santos J & Alves O (org.) Políticas Públicas e Gestão Local: programas interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase 2003.

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70.

BARRETTO, Margarida. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, out. de 2003

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.

BARRETTO, Margarida. **Relação entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos**. Revista Turismo em Análise, v.15, n. 2, p. 131-133, 2004.

BARRETTO, Margarita. Produção científica na área de turismo. In: MOESCH, Marutschka; GASTAL, Susana (orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p.83-88.

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. 2003. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. São Paulo: Papyrus.

BECKER, B.; EGLER, A. G. **Brasil: uma nova potência mundial na economia do mundo. 3ª ed.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BENEVIDES, I. P. O lugar do Turismo nas políticas públicas para o desenvolvimento: notas conceituais para uma abordagem geográfica: In: Souza, M. J. (org.) Políticas Públicas e o lugar do turismo, 2002.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BOLSON, Jaisa G.; PIRES, F.; BAHIA, E. T. Histórico e Análise das Políticas Públicas de Turismo no Brasil – 1930/ 2004 - Estudo de caso Minas Gerais. **Anais do VIII Encontro de Turismo com Base Local**. Curitiba: 2004.

CABRAL, J. C. **O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde Turismo e Combate à Pobreza: “Nu djunta-mô”**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, 2005. 221p.

CARVALHO, N. de A. **Políticas Públicas de Turismo no Cenário Mineiro: Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas**. 2009. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBUQFjAA&url=>

<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/politicas-publicas-de-turismo-no-cenario-mineiro-circuito-turistico-mata-atlantica-deminas/2267/&ei=DJ9xTJDVDoKdlgeQrvXfDQ&usg=AFQjCNF2n8QzjWqfbouj20e5yHncvz3A> Acesso em: 10. jan. 2011.

CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuições do turismo à economia brasileira**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2002, p.240.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MELO, J. de S. C. e CARVALHO, Débora Nacif de. **Da Gestão da Intersectorialidade: o caso do programas BH Cidadania, Brasil**. In: X Congresso Internacional de CILAD sobre la reforma del Estado y de la Administracion Publica. Santiago, Chile, 18-21 Oct. 2005

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. **Turismo: princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

COTTA, Tereza C. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 2, p. 103-124, abr./jun. 1998.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. EMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. São Paulo: CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2006.

CUNHA, C. G. Soares. **Avaliação de Políticas Publicas e Programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. 2006

DAGNINO, Renato *et. Al.* **Gestão Estratégica da Inovação: Metodologias para análise e implementação**. Taubaté, Editora Cabral Universitaria, 2002. Disponível em: <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em 10/01/2011

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

EMMENDOERFER, L. A política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais: os circuitos Turísticos. **Revista turismo em análise**, v.19, n 2 , agosto 2008.

EMMENDOERFER, L. Universidade do Vale do Itajaí. **Análise da política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais**. São José, 2005. 197 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso de Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí.

EMMENDOERFER, M. L. ; EMMENDOERFER, Luana ; SILVA, F. C. . **Para uma Agenda de Desenvolvimento da Política de Turismo no Brasil: Um Estudo Teórico**. In: III ENAPEGS - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 2009, Juazeiro - BA e Petrolina - PE. Anais do III ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Juazeiro - BA e Petrolina - PE : UNIVASF / NIGS, 2009. v. 1. p. 1-15.

FARIA, C. A. P de. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - v. 18 nº. 51 p. 21 – 29. Fevereiro de 2003

FERNANDES. A. S. A. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

FEUERSTEIN, Marie-Thérèse. **Avaliação: como avaliar programas de desenvolvimento com a participação da comunidade**. Tradução de Beatriz Cantanhede Orsini. São Paulo: Paulinas, 1990.

FREITAS, Claudia Lamounier. **Turismo, política e planejamento – Estudo do Circuito Turístico do Diamante no Vale do Jequetinhonha, em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, p. 394.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões à pratica da analise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília IPEA, v. 21, p. 211 – 259, 2000.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos de Políticas Públicas. **Impacto do turismo nas finanças municipais nas regiões turísticas do Brasil/Fundação João Pinheiro**; Centro de Estudos de Políticas Públicas. Belo Horizonte, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GODOY, Arilda S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas**. Revista de Administração de Empresas, v 35, n 4, p.65-71, jul/ago.1995.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GRUNEWALD, Rodrigo Azevedo. **Turismo e Etnicidade**. Revista Horizonte Antropológicos, ano 9, n 20, p.141-157 out. 2003.

HALL, Collin Michael. **Planejamento turístico, políticas, processos e relacionamento**. São Paulo: Contexto. 2001.

IGNARRA, L. Renato. **Fundamentos do turismo**. 2 ed. São Paulo: Thomson, 2003.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

MARTINS, Simone. **Análise da implementação da Política Nacional de irrigação no Norte de Minas Gerais: o caso projeto Jaibá**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008, p.199.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTEIRO, G.T. Moreira. **A avaliação dos programas sociais do governos**. VII Congresso internacional de Clad. Lisboa, 2002

MOUTINHO, Luiz e WITT, Stephen. **Tourism marketing and management handbook**. Great Britain: Prentice Hall, 1989

MTUR - Ministério do Turismo. Dados e fatos. MTUR (Ministério do Turismo). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2008. 32 p. Disponível em [http://www.fbcevb.com.br/docs/downloads/plano\\_nacional\\_de\\_turismo\\_pnt\\_2007\\_2010.pdf](http://www.fbcevb.com.br/docs/downloads/plano_nacional_de_turismo_pnt_2007_2010.pdf). Acesso em 05 de janeiro de 2011.

MTUr - Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>. Acesso em 13 dezembro de 2010.

MTUr - Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/). Acesso em 13 dezembro de 2010

PEREIRA, Cássio Avelino Soares. **A trajetória da política de turismo em Minas Gerais e o papel do poder legislativo em sua transformação**. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PIRES, Ewerthon Veloso. Impactos Sócio-Culturais do Turismo sobre as comunidades receptoras: uma análise conceitual. **Caderno virtual de turismo**, v. 4, n 3, 2004.

PIRES, Mário Jorge. Gestão de cidades históricas para o turismo: questões teóricas e práticas. **Turismo em Análise**, v. 14, n 2, 2003.

PULGLISI, Maria Laura.;FRANCO, Barbosa. Análise de Conteúdo. 2 ed. Brasília: Liber, 2005.

RUA, Maria das Graças. Análise de política públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria. (Org.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

SANCHO, A Perez. **Introdução a metodologia da pesquisa em turismo**. Trad. Gleice Regina Guerra; Thais Spiezzi Rinaldi. São Paulo: Roca, 2005.

SANCHO, A Perez. **Introdução ao turismo: Organização Mundial do Turismo**. Trad. Dolores Martin Rodrigues Corner. São Paulo: Roca, 2001.

SARAVIA, E. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília, ENAP, v. 2. 2006.

SETUR. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. **Diretrizes da Política Pública de Turismo de Minas Gerais**. Publicação Técnica. Belo Horizonte. 2010.

SILVA JUNIOR, José Henrique da. A política interna de turismo no Brasil 1992 – 2002. Belo Horizonte: FACE/FUMEC, c/Arte, 2004.

SILVA, Fernanda Cristina. **Análise política de circuitos turísticos de Minas Gerais a partir da perspectiva do policy cycle (ciclo político)**. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2011, p.172.

SILVA, Pedro L. B. **Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários: relatório final. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil**. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1999.

SILVA, Pedro Luiz Barros e MELO, Marcus Andre Barreto de. **O processo de implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes de políticas e projetos**. Cadernos NEPP-UNICAMP. Caderno n.48. out de 2000.

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos Públicos Estaduais e o desenvolvimento do Turismo no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 178.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

WILKE, Erick P. **Dos fatores limitantes ao desenvolvimento sustentável: alternativas planejadas para o turismo em Paranaguá, PR**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus (BA), 2006. p.163.

Yin, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## **APÊNDICE 1: Roteiro de entrevistas com os representantes dos municípios**

### **Roteiro de Entrevista**

---

**Form. nº:** \_\_\_\_\_ **Entrevistador:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

Este formulário integra a pesquisa intitulada “Avaliação do Programa de Circuitos Turísticos na percepção de agentes estratégicos: Estudo de caso no Circuito das Águas - Minas Gerais”, que busca analisar as percepções de agentes estratégicos sobre a participação do município no programa Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

#### **Equipe executora:**

Altamiro L. de A. Junior – Mestrando em Administração Pública (UFV)

Afonso A. T. de F. de C. Lima – Dr. em Engenharia de Produção (UFSC)

Magnus L. Emmendoerfer – Dr. em Ciências Humanas: Sociologia e Política (UFMG)

Suely de Fátima Ramos Silveira – Dra. Em Economia Aplicada (USP)

---

#### **1 – Caracterização do Entrevistado:**

1.1 Nome

1.2 Idade

1.3 Escolaridade

1.4 Área de formação (última titulação)

1.5 Cargo ou função no município

1.6 Tempo ocupado pelo respondente no cargo no município

1.7 Cargo ou função na associação

1.8 Tempo ocupado pelo respondente no cargo na associação

1.9 Já ocupou outros cargos na associação/quais

1.10 Já ocupou outros cargos relacionados à atividade turística? Quais?

1.11 Há quantos anos o respondente reside no município

## **2 – Desenvolvimento da Atividade Turística no Município.**

- 2.1 Como a atividade turística era desenvolvida no município até a associação deste no Circuitos Turístico das Águas? (explorar atrativos, divulgação, operadores, serviço, verificar se existia secretaria).
- 2.2 O município já recebia algum apoio da Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais – SETUR ou de outros agentes públicos e/ou privados (empresas, SEBRAE e outros) para o desenvolvimento turístico local antes de se integrar ao Circuito?
- 2.3 Há quanto tempo o município está associado ao circuito? O município já esteve associado a outro circuito? (se sim explorar os motivos da entrada e saída do outro circuito)..
- 2.4 Quais os motivos levaram o município a associar-se ao Circuito das Águas?
- 2.5 Quais as vantagens e desvantagens para um município associar-se ao circuito?
- 2.6 Você considera que houve mudanças no turismo do município após a cidade ter se associado ao circuito? (Quais)
- 2.7 Indique quais as ações que foram efetivamente realizadas pela associação do circuito para seu município ou cidadãos?
- 2.8 Existem ações diferentes para o desenvolvimento do turismo local e para o desenvolvimento do turismo regional, ou seja, do Circuito? Explique.
- 2.9 Como você considera o seu nível de participação e envolvimento com as ações do circuito? Como você vê o nível de participação dos outros municípios?
- 2.10 Como você vê a participação e envolvimento da iniciativa privada com as ações do circuito?
- 2.11 Você percebe participação e feedback da SETUR e outros organismos do governo no tocante à ações que desenvolvam o turismo local?
- 2.12 O que poderia ser feito para melhorar a sua participação, a participação da iniciativa privada, dos municípios e dos organismos do governo para fomentar as ações do circuito?
- 2.13 Qual a sua percepção sobre o circuito?

2.14 Você identifica que algum ou alguns municípios se destacam mais em relação aos outros no tocante a ações voltadas ao turismo? (Cite e justifique)

2.15 Você percebe algum tipo de diferenciação no tratamento, nos investimentos feitos entre os municípios do circuito?

## **APÊNDICE 2: Roteiro de entrevista com o representante da SETUR**

### **Roteiro de Entrevista**

---

**Form. nº:** \_\_\_\_\_ **Entrevistador:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

Este formulário integra a pesquisa intitulada “Avaliação do Programa de Circuitos Turísticos na percepção de agentes estratégicos: Estudo de caso no Circuito das Águas - Minas Gerais”, que busca analisar a percepção de agentes estratégicos sobre a participação do município no programa Circuitos Turísticos de Minas Gerais.

#### **Equipe executora:**

Altamiro L. de A. Junior – Mestrando em Administração Pública (UFV)

Afonso A. T. de F. de C. Lima – Dr. em Engenharia de Produção (UFSC)

Magnus L. Emmendoerfer – Dr. em Ciências Humanas: Sociologia e Política (UFMG)

Suely de Fátima Ramos Silveira – Dra. Em Economia Aplicada (USP)

---

#### **1 – Caracterização do Entrevistado:**

2.16 Nome

2.17 Idade:

2.18 Escolaridade:

2.19 Área de formação (última titulação):

2.20 Cargo ou função na SETUR:

2.21 Tempo ocupado pelo respondente no cargo:

---

#### **3 – Desenvolvimento da Atividade Turística nos Municípios e Circuito das Águas.**

3.1 Como era desenvolvida a atividade turística nas cidades pertencentes ao Circuito das Águas, antes da implementação da Política de Circuitos? (verificar se existiam ações, investimentos para algumas cidades e quais / verificar a questão da existência do “chamado circuito das águas” Caxambu, São Lourenço, Cambuquira, Lambari, Araxá e Poços de Caldas / confirmar se o circuito das águas foi um dos primeiros a se estruturar como associação).

- 3.2 No momento da criação da Política, existiu a intenção por parte da SETUR de fortalecer algum ou alguns destinos já tradicionais? Falando especificamente do Circuito das Águas, percebemos um certo declínio na atividade turística quando comparado ao tempo áureo do turismo nesta região “tempo dos cassinos, das atividades termo-medicinais”, você acredita que após a implementação da Política estas cidades agora agrupadas em uma associação consigam reverter a situação de declínio e fomentar novamente a atividade turística, estendendo estes benefícios para outras localidades associadas ao circuito?
- 3.3 Na sua opinião, qual a importância deste circuito para o turismo em Minas Gerais e para o Brasil? O circuito possui 2 dos 11 destinos indutores classificados pela SETUR, para serem trabalhados com padrão nacional, o que tem sido feito pela SETUR em relação a estes destinos?
- 3.4 Explique para mim, quais as vantagens e desvantagens para um município estar associado a um circuito? Existem emendas parlamentares e ações do governo Estadual e Federal que beneficiam algumas cidades do circuito. Segundo informações dos respondentes estas verbas/ações são conquistadas através de articulação política e não diretamente envolvida com projetos do circuito. Explique para mim como é esta relação:
- 3.5 Quais as ações com parceria ou não, foram efetivamente realizadas pela SETUR para o Circuito das Águas? Existem ações da SETUR direcionadas diretamente para um ou outro município do circuito? Quais os municípios e quais as ações? Explique o por que desta ação direcionada para tal município?
- 3.6 Você consegue mensurar o volume de recursos descentralizados para este Circuito? Em termos percentuais o que isto representa em relação aos outros circuitos?
- 3.7 Você consegue perceber alguma mudança no Circuito e nas cidades pertencentes a ele após a criação da política? Existem cidades pertencentes ao circuito que estão associadas a outras entidades relacionadas ao turismo como: Associação das Cidades Históricas e A Rota do Café Especial, como você avalia estas iniciativas destas cidades?
- 3.8 Como você identifica o nível de participação dos representantes dos municípios na associação do circuito? Você percebe o envolvimento e entusiasmo dos prefeitos em relação a associação? Como você avalia a participação da iniciativa privada no que se refere ao circuito? Percebe-se que nesta região existem outras associações que organizam a iniciativa privada, como os convencions. Na sua opinião por que a iniciativa privada

não é tão participante nesta política em comparação com outras associações?

3.9 O circuito tem atendido às demandas da SETUR? Na sua opinião o que poderia ser feito para sanar estes déficits?

3.10 Como você avalia o circuito das águas, comparando-o com os demais circuitos certificados?

3.11 Quais as suas perspectivas em relação ao futuro do circuito das águas?